

2011
Dezembro

Síntese da Execução Orçamental

Ministério das Finanças

Direcção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental
Publicação mensal
Elaborado com Informação disponível até 20 de Dezembro

Direcção-Geral do Orçamento
Telefone: 21 884 63 00
Fax: 21 882 49 62
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>
Endereço *email*: dgo@dgo.pt

I - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	3
SÍNTESE GLOBAL	3
II - SUBSECTOR ESTADO.....	6
SÍNTESE	6
RECEITA	7
DESPESA	11
III - SUBSECTOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	14
SÍNTESE	14
RECEITA	16
DESPESA	17
IV - SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE	18
SÍNTESE	18
RECEITA	19
DESPESA	19
V - SEGURANÇA SOCIAL	21
SÍNTESE	21
RECEITA	23
DESPESA	23
VI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	24
SÍNTESE	24
RECEITA	25
DESPESA	25

ANEXOS - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

SÍNTESE GLOBAL

- O saldo global da Administração Central e da Segurança Social na óptica da Contabilidade Pública em Novembro de 2011 (valores acumulados) foi de -7,9 mil milhões de euros, reflectindo uma melhoria de 3,4 mil milhões de euros face a igual período do ano precedente. A receita consolidada tem um grau de execução, relativamente ao objectivo, de 87,4%, superior em 0,2 pp. ao observado para a despesa consolidada.

Conta Consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação Objectivo Relatório OE/2011			
	Objectivo Relatório OE/2011	Execução Jan. a Novembro 2011	€ Milhões
			Grau execução (%)
Receita Corrente	61.420	54.219	88,3%
Receita fiscal	34.643	31.555	91,1%
Receita Capital	2.229	1.394	62,5%
Receita Efectiva	63.650	55.613	87,4%
Despesa Corrente	67.558	60.176	89,1%
Juros e outros encargos	6.323	6.002	94,9%
Despesa de Capital	5.264	3.335	63,3%
Despesa Efectiva	72.823	63.511	87,2%
Saldo Global	-9.173	-7.898	

Nota: Valores na óptica de caixa (Contabilidade Pública).

Fonte: Ministério das Finanças

- O valor provisório do défice do Estado situou-se em 9,9 mil milhões de euros, registando-se uma melhoria de 3,1 mil milhões de euros em comparação com o período homólogo do ano anterior. A receita efectiva cresceu 5,9%, acelerando 0,7 pp. face ao mês precedente, em resultado, principalmente, do impacto favorável decorrente da cobrança de parte expressiva da sobretaxa extraordinária em sede de IRS. A despesa efectiva apresentou uma VH de -2,5%, decréscimo menos acentuado do que o observado em Outubro (por memória, -3,6%), reflectindo, sobretudo, a aceleração da despesa com juros e outros encargos (+9,5 pp.).
- Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 1 041 milhões de euros, mais 574 milhões que no mesmo período do ano anterior, em resultado do crescimento da receita (1,2%) e da redução da despesa efectiva (-1,5%). Este resultado é justificado sobretudo pela contabilização na receita, da Caixa Geral de Aposentações, I.P., do produto da operação de cessão de créditos sobre a parcela a ser paga, em 2011, pela PT Comunicações S.A., relativa à transferência do fundo de pensões

e na despesa pela redução com a aquisição de bens e serviços correntes com maior impacto no Serviço Nacional de Saúde.

- O saldo global da execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde foi de -273 milhões de euros, registando uma variação positiva de 148 milhões de euros face a igual período do ano precedente. Este resultado reflecte uma redução da despesa superior em 1,4 pp. à variação da receita, originado pelo facto de o decréscimo da despesa com subcontratos ser mais intensa que a diminuição da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado.
- O saldo global do subsector da Segurança Social registou, em Novembro de 2011, um excedente de 963 milhões de euros, menos 241 milhões de euros que em igual período do ano transacto, em resultado de a redução da receita ter sido mais pronunciada que o decréscimo da despesa (VH de -1,2% e -0,1%, respectivamente). A degradação do saldo global face ao valor registado no mês anterior é justificada pela desaceleração das transferências provenientes do Fundo Social Europeu.

Receita, Despesa e Saldo Global por Subsectores das Administrações Públicas - 2011 / 2010

€ Milhões

	Período	Receita		Despesa		Saldo		VH(%)	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	Receita	Despesa
Administração Central									
Estado	Jan-Novembro	32.229	34.141	45.181	44.043	-12.952	-9.902	5,9	-2,5
Serviços e Fundos Autónomos	Jan-Novembro	21.717	21.973	21.251	20.932	467	1.041	1,2	-1,5
Segurança Social	Jan-Novembro	21.586	21.328	20.382	20.365	1.204	963	-1,2	-0,1

Nota: Valores na óptica de caixa (Contabilidade Pública), não consolidados.

Fonte: Ministério das Finanças

- O subsector da Administração Regional registou, de Janeiro a Outubro do ano corrente, um saldo global de 40 milhões de euros, o que se traduz numa recuperação face à situação deficitária registada no final de Setembro (-19 milhões de euros).
- O subsector da Administração Local (ADL) apresentou um saldo positivo no III trimestre de 2011, ainda que menor que no trimestre anterior.

Receita, Despesa e Saldo Global por Subsectores das Administrações Públicas - 2011 / 2010

€ Milhões

	Período	Receita		Despesa		Saldo		VH(%)	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	Receita	Despesa
Administração Regional	Jan-Outubro	-	1.728	-	1.688	-	40	-	-
Administração Local	III trimestre	5.133	5.071	4.988	4.884	145	187	-1,2	-2,1

Nota: Valores na óptica de caixa (Contabilidade Pública), não consolidados.

Fonte: Ministério das Finanças

- A comparação dos resultados alcançados com os objectivos implícitos no Relatório do OE/2011 é a seguinte:

Comparação da Receita e da Despesa com o OE 2011 (Variações Homólogas em %)

		Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Administração Regional	Administração Local	Segurança Social
Receita Efectiva	OE 2011	6,7	-7,8	-0,2	-1,2	1,0
	Execução	5,9	1,2	7,6	-1,2	-1,2
Receita Fiscal	OE 2011	4,6	0,9	2,9	-1,8	2,5
	Execução	5,7	2,1	4,2	-6,8	2,5
Despesa Efectiva	OE 2011	-1,5	-2,7	-2,8	-2,5	0,0
	Execução	-2,5	-1,5	5,5	-2,1	-0,1
Despesa Primária	OE 2011	-4,0	-2,7	-3,0	-2,6	0,0
	Execução	-5,4	-1,5	4,8	-2,5	-0,1

Nota: os valores de execução referem-se a Novembro de 2011 (valores acumulados), excepto para a Administração Local (III trimestre de 2011) e Regional (Outubro de 2011).

Fonte: Ministério das Finanças

SÍNTESE

Execução Orçamental do Estado (Janeiro a Novembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita corrente	31.716,7	33.820,6	91,3	87,7	6,6	6,5
Receitas fiscais	28.891,0	30.548,0	93,1	88,8	5,7	5,1
Outras receitas correntes	2.825,7	3.272,6	75,9	78,4	15,8	1,4
Receita de capital	512,4	320,7	30,4	26,3	-37,4	-0,6
Receita efectiva	32.229,1	34.141,3	88,4	85,8	5,9	
Despesa corrente	42.583,0	41.412,2	89,1	90,6	-2,7	-2,6
Despesa corrente primária	37.644,4	35.427,8	89,0	89,9	-5,9	-4,9
Despesa de capital	2.598,2	2.630,9	57,8	81,9	1,3	0,1
Despesa efectiva	45.181,2	44.043,1	86,4	90,0	-2,5	
Despesa primária	40.242,6	38.058,7	86,0	89,3	-5,4	
Saldo global	-12.952,1	-9.901,8				
Saldo corrente	-10.866,3	-7.591,6				
Saldo de capital	-2.085,8	-2.310,2				
Saldo primário	-8.013,5	-3.917,4				

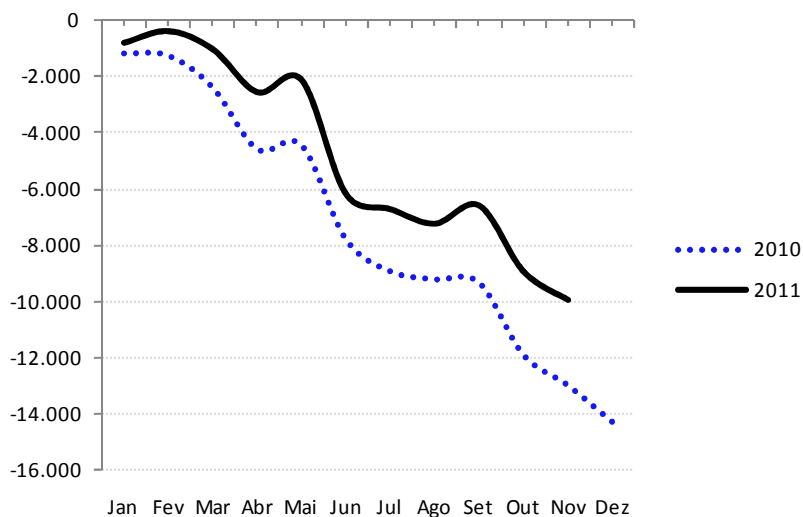
Fonte: Ministério das Finanças

- A receita efectiva cresceu 5,9%, face ao mesmo período do ano precedente, sendo de salientar o contributo da receita fiscal de 5,1 pp. para este resultado.

A despesa efectiva do Estado registou um decréscimo de 2,5% em termos homólogos, enquanto a VH da despesa primária se situou em -5,4%.

O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2010 e 2011.

Gráfico 1 - Saldo Global (milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

RECEITA

- De Janeiro a Novembro, a receita fiscal registou um acréscimo de 5,7% face ao mês homólogo de 2010, em resultado de variações positivas de 8,5% nos impostos directos e de 3,9% dos impostos indirectos.

Execução Orçamental da Receita do Estado (Janeiro a Novembro)

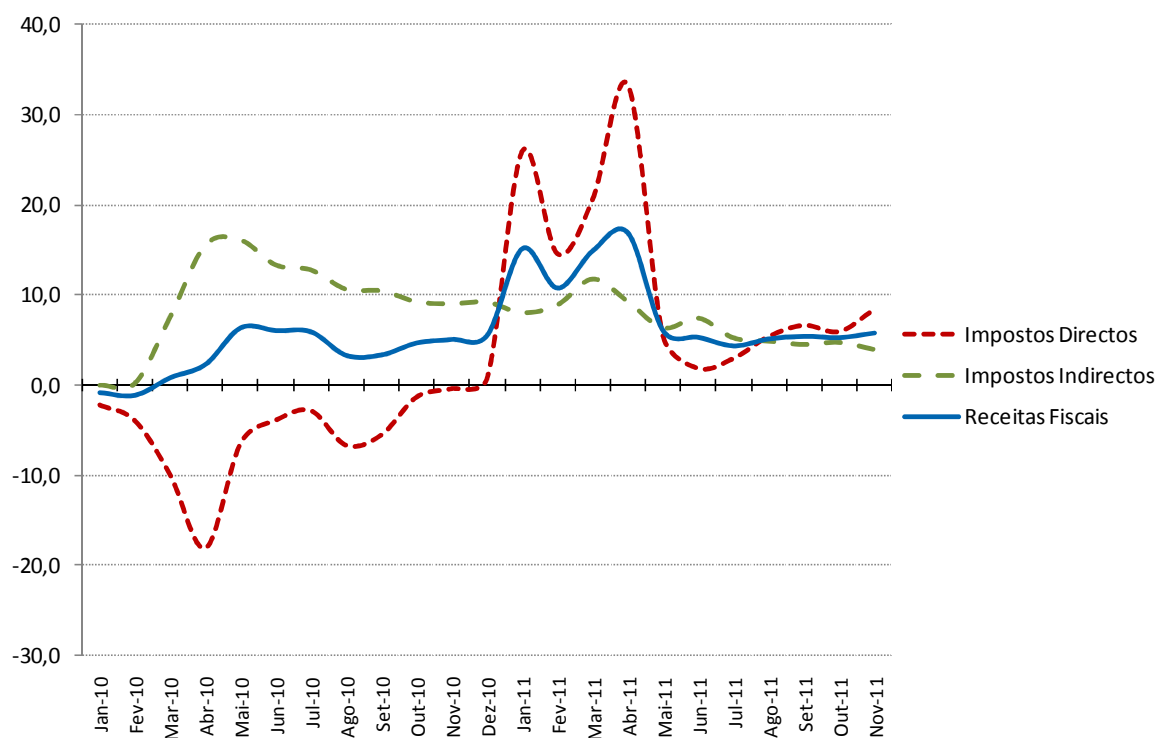
	2010	2011	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita fiscal	28.891,0	30.548,0	93,1	88,8	5,7	5,1
Impostos directos	11.619,2	12.601,4	87,3	86,2	8,5	3,0
- IRS	7.816,8	8.284,3	86,4	79,5	6,0	1,5
- IRC	3.778,5	4.269,6	90,0	102,1	13,0	1,5
- Outros	23,9	47,5	35,5	424,1	98,7	0,1
Impostos indirectos	17.271,8	17.946,6	97,5	90,8	3,9	2,1
- ISP	2.212,0	2.130,9	89,6	89,0	-3,7	-0,3
- IVA	11.231,8	12.160,6	99,6	91,5	8,3	2,9
- Imposto sobre veículos	742,6	586,2	104,6	74,2	-21,1	-0,5
- Imposto consumo tabaco	1.315,8	1.337,5	111,5	99,1	1,6	0,1
- IABA	165,3	158,7	89,4	81,8	-4,0	0,0
- Imposto de Selo	1.411,1	1.365,1	83,4	89,8	-3,3	-0,1
- Imposto Único de Circulação	138,0	157,8	98,6	98,6	14,3	0,1
- Outros	55,2	49,8	87,2	66,0	-9,8	0,0
Receita não fiscal	3.338,1	3.593,3	61,7	66,6	7,6	0,8
Receita efectiva	32.229,1	34.141,3	88,4	85,8	5,9	

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais factores que determinaram a VH dos impostos directos são:
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se uma VH positiva de 6% (face a 1,9% no mês de Outubro). Este valor inclui já parte do efeito da cobrança da sobretaxa extraordinária em sede de IRS.
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) – verifica-se uma VH positiva de 13% face ao ano transacto (contra 12,6% registado em Outubro). Este incremento deve-se ao saldo positivo resultante de: (i) aumento de 40,8 milhões de euros na receita bruta corrigida no mês de Novembro face ao mesmo mês do ano transacto; (ii) aumento dos reembolsos em 20,2 milhões de euros no mês de Novembro face ao mesmo mês do ano transacto.

- Os principais factores que determinam a VH dos impostos indirectos são:
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se um aumento de 8,3% na receita acumulada face ao mesmo período do ano transacto, registando-se uma desaceleração de 1,3 pp. face ao período anterior. Este resultado explica-se essencialmente pelo aumento de 11% nos reembolsos registados no mês de Novembro face ao mesmo mês do ano transacto.
 - Imposto sobre Veículos (ISV) – a receita acumulada regista uma VH de -21,1% (contra -19,7% em Outubro), resultado da contracção progressiva na venda de veículos registada desde Abril do corrente ano.
 - Imposto do Selo (IS) – a receita acumulada regista uma VH de -3,3% resultante da contracção da receita bruta fruto essencialmente da diminuição das operações financeiras.
 - Imposto sobre o Tabaco (IT) – a receita líquida acumulada regista um aumento de 1,6% face ao período homólogo, mantendo uma variação positiva como verificado desde o mês de Setembro.
 - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – verifica-se uma VH de -3,7% face ao mesmo período do ano transacto, fruto da contracção no consumo verificada a partir do mês de Abril, com especial destaque nas gasolinas e gasóleos.

Gráfico 2 - Evolução da receita fiscal – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

- De Janeiro a Novembro de 2011, os reembolsos registaram um acréscimo de 7,7% face ao período homólogo de 2010.

Reembolsos (Janeiro a Novembro)

	Milhões de euros		VH (%)
	2010	2011	
Impostos Directos	2.914,7	2.946,7	1,1
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	1.862,5	2.062,6	10,7
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	1.048,6	873,8	-16,7
Outros	3,5	10,2	187,3
Impostos Indirectos	4.091,5	4.599,9	12,4
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	105,4	101,0	-4,2
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	3.958,1	4.477,7	13,1
Imposto sobre Veículos ISV)	4,4	1,6	-63,1
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	13,7	7,9	-42,2
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,4	0,4	15,5
Imposto do selo (IS)	8,8	6,3	-28,2
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,0	0,0	-27,6
Outros	0,7	4,8	627,3
Total de reembolsos	7.006,2	7.546,6	7,7

- Os principais factores que determinam a variação homóloga dos reembolsos são:
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - regista-se um aumento de 10,7% face ao mesmo período no ano transacto.
 - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) – verifica-se uma diminuição de 16,7% nos reembolsos face ao mesmo período no ano transacto. Este facto resulta da maior convergência entre as autoliquidações e os pagamentos por conta efectuados.
 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - verifica-se uma variação positiva de 13,1% nos reembolsos face ao ano transacto. Este resultado explica-se essencialmente pelo aumento atípico nos reembolsos fruto da diminuição dos prazos de pagamento (artigo 22.º do Código do IVA, na redacção dada pela Lei n.º2/2010 de 15 de Março).
- A receita não fiscal cresceu 7,6% face ao período homólogo (255,2 milhões de euros), destacando-se o comportamento das "Comparticipações para a ADSE" (+218,5 milhões de euros), "Outras receitas correntes" (+192,9 milhões de euros) e "Transferências correntes" (+186,6 milhões de euros). Para o acréscimo das "Outras receitas correntes" concorre sobretudo a nova contribuição sobre o sector bancário (145,7 milhões de euros), para além dos "Prémios e garantias por garantias de risco" (+59,7 milhões de euros) por empréstimos concedidos pelo Estado. A quebra nos "Rendimentos da propriedade" (-217 milhões de euros) deve-se essencialmente à não entrega de dividendos pela CGD - Caixa Geral de Depósitos, SA, e à diminuição da entrega do Banco de Portugal a título de participação nos lucros, face ao ocorrido no ano anterior.
- Os acréscimos de cobrança das "Taxas, multas e outras penalidades" (+79,6 milhões de euros) e "Venda de bens e serviços correntes" (+12,2 milhões de euros) resultam, essencialmente, da alteração da metodologia de contabilização da transição de saldos de receitas consignadas dos serviços integrados, já explicada em meses anteriores, suportando igualmente grande parte do decréscimo da cobrança líquida dos "Saldos da gerência anterior" (-229,5 milhões de euros).

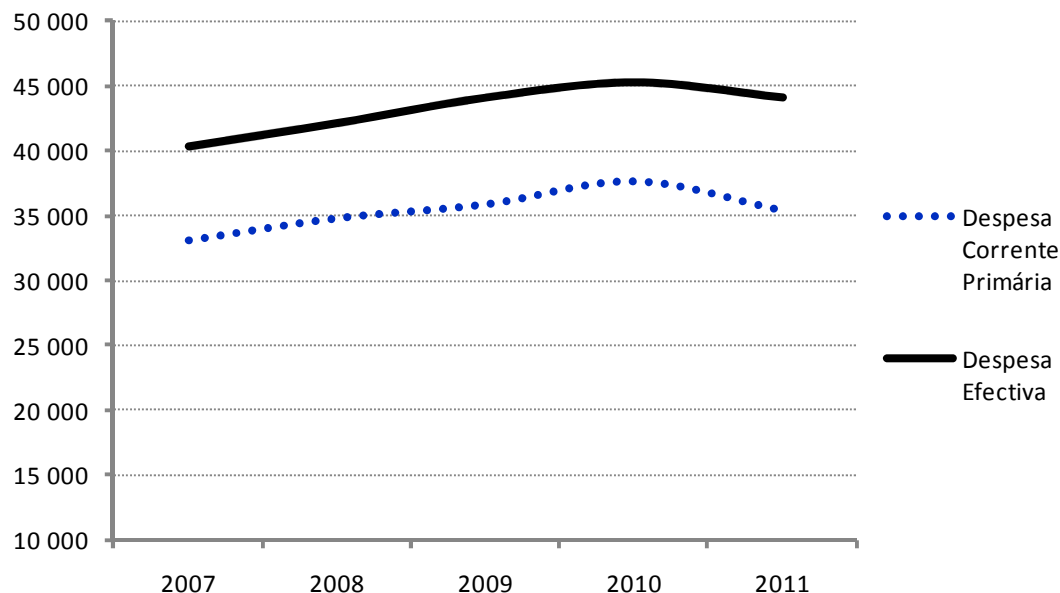
- Nas "Transferência correntes", com uma cobrança de 1 061 milhões de euros, representando 30% das receitas não fiscais, destacam-se as provenientes dos serviços e fundos autónomos (618,0 milhões de euros), nas quais 476,8 milhões de euros do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, IP (IGFIJ), destinadas ao financiamento de despesas realizadas pelos serviços da administração directa integrados no Ministério da Justiça, 51,5 milhões de euros entregues pelo Fundo de Estabilização Tributária (FET) e 42,2 milhões de euros da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS). Nas transferências recebidas da Segurança Social (326,7 milhões de euros) têm especial relevância as relativas a financiamento comunitário em projectos co-financiados (250,7 milhões de euros).

DESPESA

- A despesa efectiva do Estado em Novembro de 2011 (valores acumulados) decresceu 2,5% face a igual período do ano anterior, apresentando um grau de execução de 90%, inferior em 0,5 pp. ao padrão de segurança¹.
- O decréscimo menos acentuado da despesa efectiva em Novembro face ao mês precedente (por memória, -3,6%) é maioritariamente explicado pelo padrão de execução intra-anual dos juros e outros encargos da dívida pública.
- A despesa primária registou uma redução de 5,4%, menos pronunciada do que em Outubro (por memória, VH de -5,8%). Para este resultado contribuíram, sobretudo, os seguintes factores:
 - Perfil de execução intra-anual mais concentrado em 2011 da contribuição financeira para o orçamento da União Europeia; e
 - Desaceleração da despesa de capital, reflectindo a diluição do impacto da regularização, em Junho de 2011, de responsabilidades financeiras do Estado a concessionárias de infraestruturas rodoviárias.
- De referir que o nível de despesa efectiva em Novembro de 2011 (valores acumulados) se situou sensivelmente ao mesmo nível do correspondente valor homólogo de 2009, enquanto que a despesa corrente primária foi inferior ao respectivo valor homólogo desse ano.

¹ Definido tendo em consideração o perfil intra-anual de execução da despesa nos quatro anos precedentes.

Gráfico 3 - Despesa Efectiva – Janeiro a Novembro 2007 - 2011
(milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

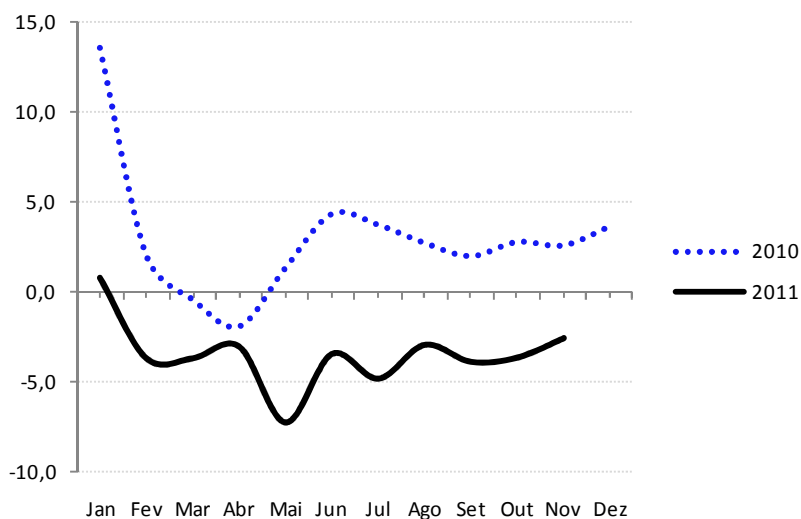
- Os principais factores que influenciaram a evolução da despesa do Estado foram os seguintes:
 - Decréscimo da despesa com pessoal em 10,2%. Imputando, em 2011, a despesa da ADSE reclassificada em “aquisição de bens e serviços correntes”², devido à introdução da contribuição patronal para a ADSE, por força da Lei do OE/2011, a redução da despesa com pessoal seria de 6,1%, suportada, essencialmente, pela diminuição das remunerações certas e permanentes.
 - Crescimento da despesa com a aquisição de bens e serviços (+27,5%). Expurgando, em 2011, a despesa da ADSE referida no ponto anterior, a rubrica de “aquisição de bens e serviços correntes” registaria uma redução de 11,9%.
 - Aumento da despesa com “juros e outros encargos” (+21,2%), cuja diferença face ao objectivo estimado para 2011 (28,2%) é explicada pelo diferente padrão intra-anual de pagamentos de juros.
 - Diminuição das “transferências correntes” para:
 - A Segurança Social, no âmbito da respectiva lei de bases (-13%);
 - O Serviço Nacional de Saúde (-6,8%); e
 - A Administração Local (-4,2%), com destaque para as que são processadas no âmbito da Lei de Finanças Locais.

² Com efeito, sendo a contribuição patronal para a ADSE registada em “Despesas com pessoal - segurança social - encargos com saúde”, a contabilização da despesa final da ADSE com despesas com saúde nesta rubrica traduzir-se-ia numa duplicação. Assim, a despesa da ADSE foi reclassificada, a partir de 2011, para a rubrica “Aquisição de bens e serviços correntes - outros serviços de saúde”.

Este efeito é parcialmente contrariado pelo acréscimo das transferências para:

- A União Europeia, a título de contribuição financeira para o orçamento comunitário (+11,5%); e
 - A Caixa Geral de Aposentações, I.P., para equilíbrio financeiro do sistema de pensões gerido por aquela entidade (+7%).
- Decréscimo da despesa com subsídios (-53%), justificado pelo efeito de base associado aos encargos com subsídios concedidos, em 2010, a título de comparticipação pelo Estado nos apoios à instalação de painéis solares térmicos, bem como pela redução das verbas associadas à bonificação de juros à aquisição de habitação própria e à atribuição das indemnizações compensatórias como contrapartida da prestação de serviço público.
 - Crescimento das “outras despesas correntes” (+29,2%), reflectindo o maior número de projectos dos estabelecimentos de ensino não superior financiados pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano.
 - Diminuição da despesa com a aquisição de bens de capital (-10,8%), para a qual contribuiu a redução da despesa com investimentos das forças e serviços de segurança do Ministério da Administração Interna³ e com equipamento informático no âmbito do Plano Tecnológico da Educação.
 - Aumento das transferências de capital (+3,3%), por efeito da regularização de responsabilidades do Estado a concessionárias de infra-estruturas rodoviárias ocorrida em Junho, contrariado parcialmente pelo efeito de base de 2010 devido à transferência de capital para o IAPMEI no âmbito do reforço das linhas PME INVEST.

Gráfico 4 - Despesa Efectiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

³ Em resultado da aplicação do despacho do Ministro de Estado e das Finanças de finais de Abril, determinando o congelamento de compromissos de investimentos.

Subsector Serviços e Fundos Autónomos

SÍNTESE

Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (Janeiro a Novembro)

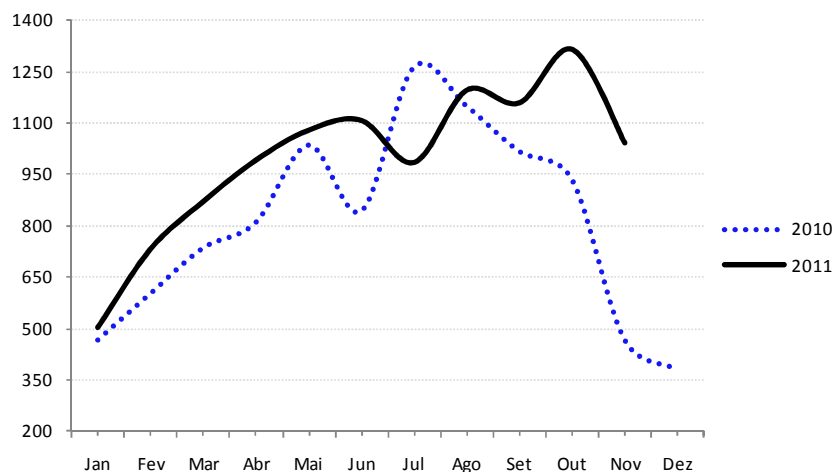
	2010	2011	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita corrente	20.746,2	20.572,7	84,9	87,4	-0,8	-0,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.682,2	3.467,6	85,8	82,8	-5,8	-1,0
Transferências correntes	14.886,0	14.760,1	88,4	91,1	-0,8	-0,6
Outras receitas correntes	2.177,9	2.345,0	65,8	74,8	7,7	0,8
Receita de capital	971,2	1.400,2	25,2	73,7	44,2	2,0
Receita efectiva	21.717,4	21.972,9	76,8	86,4	1,2	
Despesa corrente	20.320,2	19.948,3	82,3	85,9	-1,8	-1,8
Despesas com o pessoal	2.435,6	2.578,5	71,0	80,3	5,9	0,7
Aquisição de bens e serviços	7.306,2	7.225,9	80,6	86,7	-1,1	-0,4
Transferências correntes	9.495,5	9.693,5	86,8	89,8	2,1	0,9
Outras despesas correntes	1.082,9	450,3	86,1	51,6	-58,4	-3,0
Despesa de capital	930,5	983,4	45,3	56,4	5,7	0,2
Despesa efectiva	21.250,7	20.931,8	79,4	83,9	-1,5	
Saldo global	466,7	1.041,2				
Saldo corrente	425,9	624,4				
Saldo de capital	40,7	416,8				
Saldo primário	476,6	1.056,7				

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global do subsector dos SFA⁴, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), na óptica da contabilidade pública, atingiu 1 041,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 574,5 milhões de euros face ao período homólogo, explicado pelos diferentes comportamentos da receita e despesa efectiva, em 1,2% e -1,5% respectivamente.

⁴ Em Novembro de 2011, os organismos em falta de reporte de execução orçamental são: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento IP. Para o mesmo período, em 2010, os organismos em falta são a Assembleia da República, Agência para a Modernização Administrativa, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Administração Regional de Saúde do Centro, Escola Portuguesa de Moçambique e UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento.

Gráfico 5. – Evolução do saldo global do subsector dos SFA - Milhões de Euros



Nota: Excluída em 2010 a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA (1.882,1 M€)

Fonte: Ministério das Finanças

Saldo Global do Subsector dos SFA (Janeiro a Novembro)

Serviços	2010	2011	Variação em 2011
	Milhões de euros		
	466,7	1.041,2	574,5
dos quais:			
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	60,5	197,3	136,9
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI)	252,4	187,9	-64,5
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	-107,2	174,2	281,5
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	93,9	144,7	50,7
Fundo de Estabilização Tributário (FET)	69,2	65,0	-4,2
Instituto de Turismo de Portugal (ITP)	50,1	43,2	-6,9
Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça	-20,2	32,3	52,5
Autoridade Nac. do Medicamento e Prod. de Saúde (INFARMED)	17,5	24,6	7,2
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT)	8,9	14,5	5,6
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)	-241,4	-131,0	110,3

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

- A receita efectiva cresceu 1,2% face a igual período do ano anterior, devido sobretudo ao acréscimo da receita de capital da Caixa Geral de Aposentações (CGA) relacionado com a operação de cessão de créditos já referida, efeito este atenuado pela variação negativa observada nas transferências do Orçamento do Estado (OE) e nas contribuições para a CGA.
- A descida de 1,5% na despesa efectiva, encontra-se influenciada pela ausência de reporte em 2010 da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC). Corrigido este efeito o decréscimo registado é justificado pela aquisição de bens e serviços correntes, sobretudo nos organismos que compõem o SNS.

RECEITA

- A receita efectiva cresceu 255,5 milhões de euros, devido sobretudo a variações positivas nas:
 - Transferências de capital, no montante de 594,2 milhões de euros para a CGA, associado à operação de cessão de créditos;
 - Outras receitas correntes em 145,2 M€, explicado sobretudo pelos rendimentos auferidos em aplicações financeiras, destacando-se os relativos à carteira de títulos dos fundos de pensões detidos pela CGA e dos rendimentos do Fundo de Regularização da Dívida Pública provenientes da alienação de Bilhetes do Tesouro;
 - Transferências de capital provenientes da União Europeia em 121,4 milhões de euros, essencialmente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), destinadas sobretudo à execução do Programa Operacional de Factores de Competitividade, no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).
 - Transferências correntes provenientes da União Europeia no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) em 93,4 milhões de euros e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) em 15,1 milhões de euros, destinadas ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP);
- Em sentido inverso, com impacto negativo na receita efectiva, saliente-se a diminuição em:
 - Transferências correntes do OE para o SNS (-543,8 milhões de euros), reflectindo a menor dotação orçamental associada às medidas de contenção da despesa na área da saúde, efeito atenuado pelo aumento da comparticipação do OE para a CGA em 263,6 milhões de euros;
 - Transferências de capital do OE (-270,1 milhões de euros) nomeadamente para o IAPMEI com uma redução de 181,0 milhões de euros decorrente do desaparecimento dos apoios à economia concedidos em 2010 por este organismo, para o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência em 40,0 milhões de euros resultante das transferências efectuadas em 2010 para a Parque Escolar, EPE e para a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) em 24,1 milhões de euros reflectindo a menor dotação prevista para 2011;
 - Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE, com uma redução de 214,6 milhões de euros, associada ao decréscimo da compensação por pagamento de pensões de entidades fora das Administrações Públicas (devido à integração na CGA dos fundos de pensões respectivos) e de quotas e contribuições para a CGA, este último em resultado do aumento do número de aposentações e da medida de contenção aplicada sobre as remunerações.

DESPESA

- A despesa efectiva diminuiu 319 milhões de euros, essencialmente, devido às seguintes variações:
 - Outras despesas correntes devido a anomalias provocadas pela ausência de reporte em 2010 da ARSC. Corrigido esse efeito, verifica-se um acréscimo de 30,6 milhões de euros;
 - Aquisição de bens e serviços em menos 80,2 milhões de euros, sendo esta variação influenciada igualmente pela falta de reporte em 2010 da ARSC. Corrigindo este efeito, por exclusão deste organismo em 2011, a variação seria de menos 489,7 milhões de euros, a qual é justificada pelo menor volume em participações de medicamentos, na aquisição de produtos farmacêuticos e em meios complementares de diagnóstico e terapêutica;
 - Transferência de capital para outros subsectores das Administrações Públicas com menos 21 milhões de euros, traduzindo, sobretudo, um menor volume de transferências do IFAP, ao nível do PIDDAC, para os serviços integrados do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

- Agindo no sentido do aumento da despesa, refiram-se os seguintes factores:
 - Despesas com pessoal com uma taxa de variação homóloga sobrevalorizada, em resultado da ausência de informação em 2010 de alguns estabelecimentos de saúde e alterações ao universo do subsector. Considerando um universo comparável a variação homóloga é de -7,5%;
 - Transferências correntes para entidades fora das Administrações Públicas, no montante de 138,8 milhões de euros, reflectindo sobretudo a variação dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA e de outras entidades;
 - Transferências de capital para fora do perímetro das Administrações Públicas no valor de 53,5 milhões de euros, justificados principalmente pela operação de cessão de créditos por parte da CGA.

SÍNTESE

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde (Janeiro a Novembro)

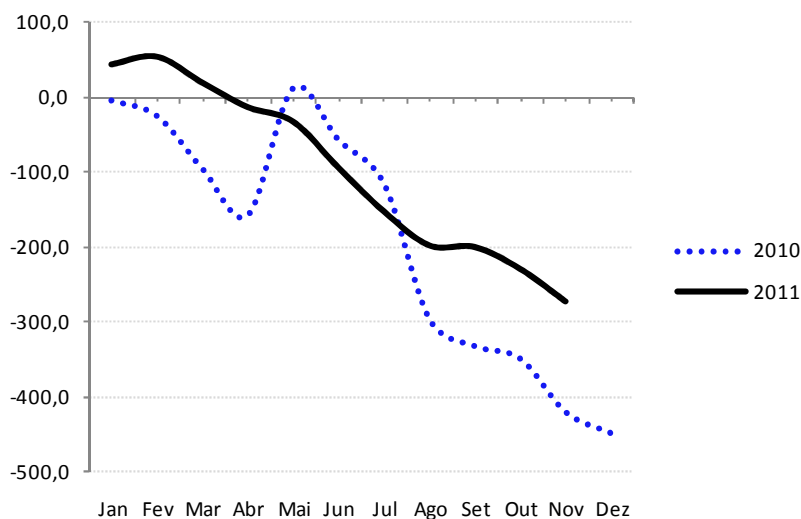
	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros			
Receita				
Transferência do Orçamento do Estado	7.969,3	7.425,5	-6,8	-6,6
Prestação serviços	78,1	92,9	19,0	0,2
Outros	164,1	177,4	8,1	0,2
Receita cobrada	8.211,5	7.695,8	-6,3	
Despesa				
Despesa com pessoal	979,9	913,5	-6,8	-0,8
Subcontratos	7.107,1	6.585,4	-7,3	-6,0
Outros	545,3	469,8	-13,8	-0,9
Despesa total	8.632,3	7.968,7	-7,7	
Saldo global	-420,8	-272,9		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- A execução financeira consolidada⁵ do Serviço Nacional de Saúde relativa a Novembro de 2011 (valores acumulados), dados provisórios, apresenta um saldo global de -272,9 milhões de euros, valor que traduz uma melhoria de 147,9 milhões de euros face ao resultado de igual período do ano anterior.
- A receita decresceu 6,3%, em resultado da redução da transferência do Orçamento do Estado, parcialmente compensada pelo aumento da receita proveniente da prestação de serviços e de outras receitas.
- A despesa registou um decréscimo de 7,7%, superior à redução da receita, influenciada pelo comportamento das rubricas de subcontratos e de despesas com pessoal.
- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2010 e 2011.

⁵ Isto é, considerando não apenas a despesa efectivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do "accrual basis accounting" (princípio da especialização ou do acréscimo).

Gráfico 6 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

RECEITA

- A receita registou um decréscimo de 6,3%, menos 515,7 milhões de euros que no mesmo período do ano anterior, para o qual contribuíram os seguintes factores:
 - A redução da transferência do Orçamento do Estado em 543,8 milhões de euros, no âmbito do financiamento do sistema de saúde;
 - O acréscimo em 14,8 milhões de euros da receita proveniente da prestação de serviços, designadamente das taxas moderadoras dos serviços de saúde; e
 - O aumento das outras receitas em 15 milhões de euros, decorrente, essencialmente, do acréscimo das transferências de verbas do Jogos Sociais para o Serviço Nacional de Saúde.

DESPESA

- A despesa efectiva registou um decréscimo de 663,6 milhões de euros, tendo subjacente uma VH de -7,7%, para a qual contribuiu a redução da despesa com:
 - Pessoal (-6,8%), justificado essencialmente pelas Administrações Regionais de Saúde, reflectindo o efeito conjugado da redução da massa salarial (decorrente da aplicação das normas constantes da Lei do Orçamento do Estado para 2011) do aumento do número de aposentações e de uma gestão mais criteriosa das horas extraordinárias e dos suplementos remuneratórios;

- Comparticipação de medicamentos (-19,5%), em resultado da política do medicamento em vigor, que se traduziu no decréscimo de preços, na revisão da tabela de comparticipações e no incremento do peso dos medicamentos genéricos. De referir, em particular no que respeita à despesa relativa à facturação de farmácias privadas, que esta rubrica manteve um decréscimo;
 - Hospitais E.P.E. (-4,8%), em linha com o previsto no OE 2011, que reflecte já os efeitos dos planos de contenção da despesa iniciados em 2010, bem como as medidas de iniciativa central de redução da massa salarial bruta e de negociação do preço de medicamentos antiretrovirais, biológicos e oncológicos; e
 - Meios complementares de diagnóstico e terapêutica (-7,9%), que reflecte o efeito da redução do preço das análises clínicas e do preço da imagiologia, negociados no último semestre de 2010 com os convencionados.
- Os outros subcontratos registam um decréscimo de 4,1%, enquanto os custos com as parcerias público-privadas revelam um acréscimo de 47,3%, resultante do aumento de encargos com a PPP de Braga e início (Junho) da nova parceria de Vila Franca de Xira.
 - O crescimento da rubrica de “imobilizações” (+21,7%) deve-se, em grande parte, ao acréscimo verificado nos pagamentos relativos a imobilizado das administrações regionais de saúde do Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo.

SÍNTESE

Execução orçamental da Segurança Social (Janeiro a Novembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011
Receita corrente	21.560,3	21.324,5	90,5	88,8	4,9	-1,1
Contribuições e quotizações	12.048,4	12.319,0	89,4	87,3	2,7	2,2
IVA Social	639,6	655,6	91,7	91,7	1,3	2,5
Transferências correntes da Administração Central	7.226,0	6.308,7	91,4	90,8	9,8	-12,7
Transferências do Fundo Social Europeu	904,5	1.136,9	99,4	84,5	4,5	25,7
Outras receitas correntes	741,9	904,4	88,9	1,0	-0,3	21,9
Receita de capital	26,1	3,4	93,2	8,0	54,5	-87,0
Receita efectiva	21.586,4	21.327,9	90,5	88,6	4,9	-1,2
Despesa corrente	20.362,4	20.346,2	79,2	86,0	4,8	-0,1
Pensões	12.019,4	12.396,0	85,8	85,3	4,1	3,1
Outras prestações sociais	6.275,0	5.748,6	91,7	88,5	4,8	-8,4
Outras despesas correntes	2.068,0	2.201,6	90,6	83,6	8,5	6,5
Despesas de capital	19,8	18,6	59,9	39,5	-40,1	-6,4
Despesa efectiva	20.382,3	20.364,8	88,0	85,9	4,7	-0,1
Saldo global	1.204,2	963,1				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

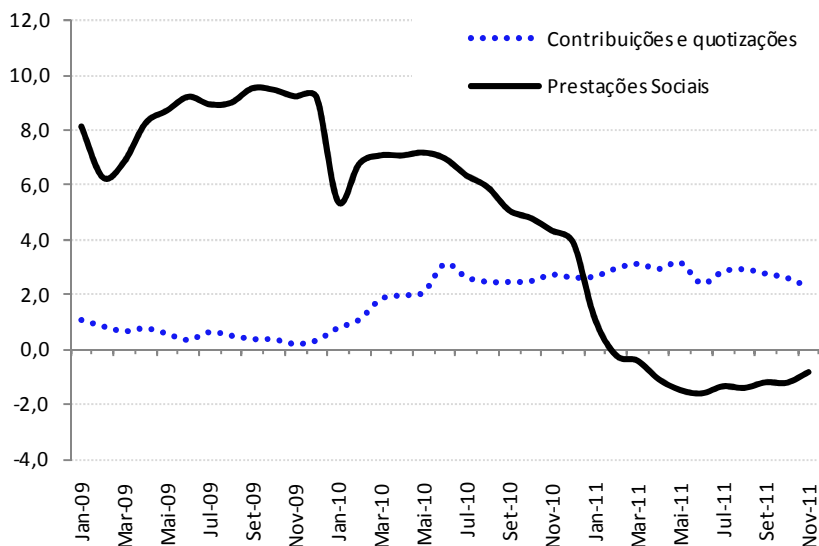
- O saldo global do subsector da Segurança Social regista um excedente de 963,1 milhões de euros, menos 241,1 milhões de euros que em igual período do ano transacto, evidenciando um decréscimo em linha com o previsto.
- A receita efectiva decresceu 258,6 milhões de euros determinada essencialmente pela diminuição de transferências correntes da Administração Central, efeito atenuado pelo melhor comportamento dos rendimentos e outras receitas (+141,5 milhões de euros que em igual período de 2010), das transferências da UE/FSE (+232,3 milhões de euros) e fundamentalmente pelo aumento da receita proveniente de contribuições e quotizações, sendo que regista uma VH de 270,6 milhões de euros, isto é mais 2,2%.

À semelhança do que se tem verificado nos últimos meses, em Novembro de 2011 observa-se um abrandamento do crescimento da receita de contribuições.

- A despesa efectiva registou uma diminuição no montante de 17,5 milhões de euros face ao período homólogo devido, essencialmente, ao comportamento da despesa com as prestações sociais e com a administração que, registaram respectivamente um decréscimo de 149,9 milhões de euros e 30,1 milhões de euros.

Por outro lado, a variação da despesa das acções de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu registou um acréscimo, em termos homólogos, no valor de 185,9 milhões de euros.

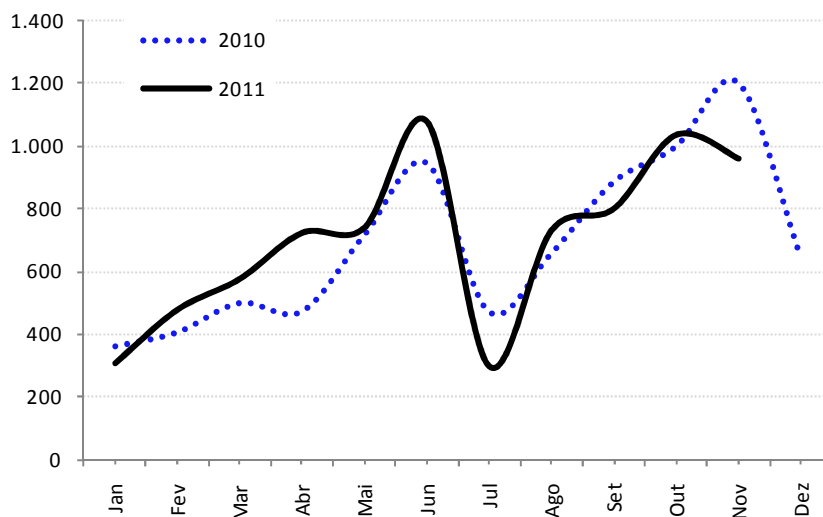
Gráfico 7 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2010 e 2011.

Gráfico 8 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A receita efectiva registou uma redução de 258,6 milhões de euros para o qual contribuíram, em maior medida, os seguintes factores:
 - O acréscimo de receita de contribuições e quotizações em 270,6 milhões de euros, que tem implícito uma VH de 2,2%;
 - A redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado em 921,8 milhões de euros, com uma variação negativa de 13% decorrente da necessidade de menor financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social, em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas;
 - O acréscimo face ao período homólogo de 2010, registado quer nos “Rendimentos e Outras Receitas”, quer nas “Transferências do FSE e outras” no montante de 141,5 milhões de euros e 257,9 milhões de euros, respectivamente.

DESPESA

- A despesa efectiva observou uma diminuição de 17,5 milhões de euros, tendo subjacente uma VH de 0,1%, para a qual concorrem, nomeadamente:
 - A despesa com subsídios à formação profissional em 1 082,4 milhões de euros com suporte no Fundo Social Europeu (contribuindo com 1 pp. para a VH da despesa efectiva)⁶, reflectindo um acréscimo de 197,1 milhões de euros face ao período homólogo de 2010.
 - O decréscimo da despesa com prestações sociais em 149,9 milhões de euros (VH de -0,8%), explicado pelo comportamento da despesa com o subsídio familiar a crianças e jovens, o subsídio desemprego e apoio ao emprego e os apoios concedidos no âmbito do Rendimento Social de Inserção. Este efeito é anulado parcialmente pelo aumento de 3,1% na despesa com pensões.

⁶ Note-se que estes pagamentos, ainda que reflectidos na despesa efectiva do OSS, não têm impacto no saldo global corrigido no respeito pelo princípio da neutralidade dos fundos comunitários.

SÍNTESE

- A Administração Regional apresentou, até Outubro de 2011, um saldo global de 39,8 milhões de euros, registando uma melhoria de 58,3 milhões de euros face ao verificado no final do III trimestre do ano.

Execução orçamental da Administração Regional

(Milhões de euros)

	Ano 2010	2011			VH (%)	
		Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Out	Jan-Jun	Jan-Set
Receita Efectiva	2.144,8	937,9	1.511,7	1.727,9	1,0	7,6
dq. Receita Fiscal	1.157,8	505,4	824,2	897,4	-1,0	4,2
Transferências do OE	638,4	302,1	467,2	594,8	-9,2	13,4
União Europeia	180,0	69,7	123,4	136,1	88,1	24,5
Despesa efectiva	2.276,2	977,8	1.530,2	1.688,1	-0,5	5,5
dq. Despesa Primária	2.225,2	951,4	1.486,8	1.641,9	-0,8	4,8
Despesa de Capital	410,6	146,9	243,9	264,5	-0,9	52,2
Saldo global	-131,4	-39,9	-18,5	39,8		
<i>Por memória :</i>						
<i>Saldo Primário</i>	<i>-80,4</i>	<i>-13,4</i>	<i>24,9</i>	<i>86,0</i>		
<i>Saldo Corrente</i>	<i>-191,2</i>	<i>16,6</i>	<i>1,4</i>	<i>-20,6</i>		
<i>Saldo Capital</i>	<i>59,8</i>	<i>-56,4</i>	<i>-19,9</i>	<i>60,4</i>		
Necessidade de Financiamento						
Passivos Financeiros Líquidos de Amortizações	144,8	-5,1	-9,1	-13,7		
Alienação de Activos Financeiros Líquidos	-2,4	-4,9	-6,2	-7,1		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-10,9	49,8	33,8	-19,0		
Total do Financiamento*	131,4	39,9	18,5	-39,8		

Fonte: Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF.

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

Nota : Trimestres acumulados no ano

RECEITA

- A receita efectiva no período em análise, registou um ligeiro aumento relativamente ao mês anterior, situando-se em 1.727,9 milhões de euros, mantendo a trajectória que vinha a registar desde Agosto. Para este nível contribuíram, principalmente:
 - A receita fiscal que representa 52% da receita efectiva;
 - A receita de transferências do Estado, que contribuiu em cerca de 34%, destacando as transferências extraordinárias para a Região Autónoma da Madeira efectuadas no âmbito da Lei de Meios para a reconstrução das zonas afectadas pelo temporal ocorrido em Fevereiro de 2010⁷.

Gráfico 9 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

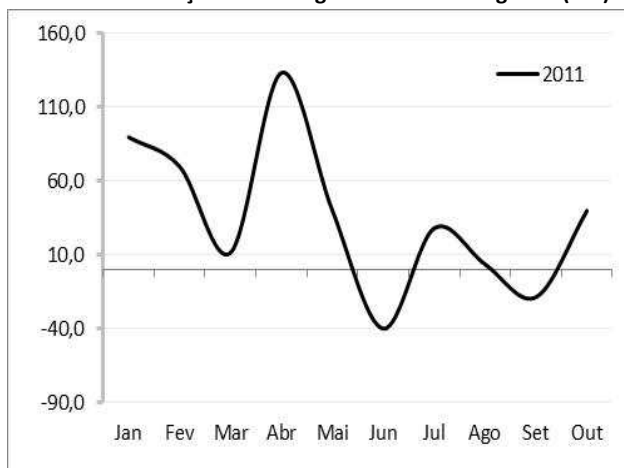
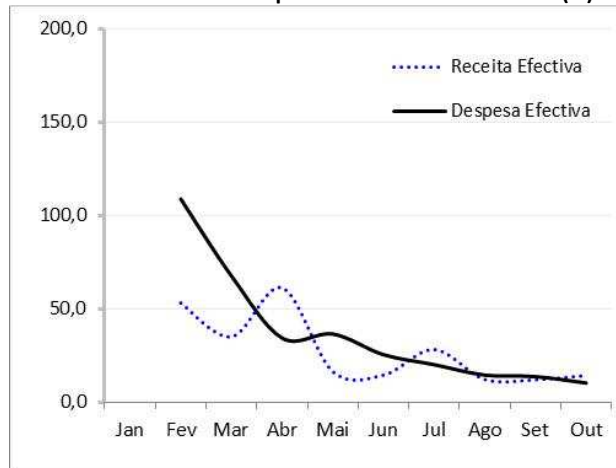


Gráfico 10 – Receita e despesa efectiva em 2011 – VM (%)



Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública com base nos dados da RAA - DROT e RAM – SRPF

DESPESA

- Em linha com o decréscimo que se tem vindo a verificar desde Maio, a despesa efectiva situou-se, até Outubro de 2011, em 1 688,1 milhões de euros. Para este nível, contribuíram:
 - A despesa corrente com um peso de 84%, das quais se destacam as despesas com pessoal e em transferências, que representam cerca de 42% e 31%, respectivamente;
 - A despesa de capital com 16%, sendo a despesa com aquisição de bens de capital, aquela que apresenta um maior peso nesta componente (cerca de 56%).

⁷ Estabelecido na alínea a) do nº 1 do artigo 4º da Lei Orgânica nº 2/2010 de 16 de Junho.

2011
Dezembro

Síntese da Execução Orçamental

Informação Estatística

Índice	Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
Síntese Global	20-Dez-11	20-Jan-12	-
Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas	20-Dez-11	20-Jan-12	-
Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Execução Orçamental do Estado	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Receita do Estado	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Despesa do Estado - classificação económica	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Despesa do Estado - classificação funcional	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Despesa do Estado - classificação orgânica	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Programas Orçamentais	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Administração Regional	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Outubro 11
Administração Local	21-Nov-11	20-Fev-12	Jan-Setembro 11
Execução Orçamental da Segurança Social	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Dívida não Financeira da Administração Pública	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações	20-Dez-11	20-Jan-12	Jan-Novembro 11
Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública	20-Dez-11	20-Jan-12	Novembro 11

Glossário

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respectivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados) € Milhões

		Receita efectiva	Despesa efectiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	Janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	Fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	Março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	Abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	Maió	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	Junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	Julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	Agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	Setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	Outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	Novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	Dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
2010	Janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	Fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	Março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	Abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	Maió	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	Junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	Julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	Agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	Setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	Outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	Novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	Dezembro	36.307,0	50.555,6	-14.248,6	4,6%	3,7%
2011	Janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	Fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	Março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	Abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	Maió	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	Junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	Julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	Agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	Setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	Outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	Novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%

Nota: Os valores da receita do Estado correspondem aos divulgados no respectivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados)		€ Milhões				
		Receita efectiva	Despesa efectiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	Janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	Fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	Março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	Abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	Maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	Junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	Julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	Agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	Setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	Outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	Novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	Dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
2010	Janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	Fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	Março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	Abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	Maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	Junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	Julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	Agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	Setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	Outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	Novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	Dezembro	26.276,0	24.013,6	2.262,4	4,7%	-1,4%
2011	Janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	Fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	Março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	Abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	Maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	Junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	Julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	Agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	Setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	Outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	Novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respectivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efectiva	Despesa efectiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	Janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
	Fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
	Março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
	Abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
	Maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
	Junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
	Julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
	Agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
	Setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
	Outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
	Novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
	Dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
2010	Janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
	Fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
	Março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
	Abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
	Maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
	Junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
	Julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
	Agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
	Setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
	Outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
	Novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
	Dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
2011	Janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
	Fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
	Março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
	Abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
	Maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
	Junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
	Julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
	Agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
	Setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
	Outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
	Novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respectivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efectiva	Despesa efectiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	1.414,3	1.340,2	74,1	5,4%	5,5%
	II TR	3.297,1	3.158,9	138,2	4,4%	7,7%
	III TR	4.910,9	4.818,3	92,6	-1,6%	3,6%
	IV TR	7.010,8	7.321,2	-310,4	0,5%	7,3%
2009	I TR	1.452,3	1.426,8	25,5	2,7%	6,5%
	II TR	3.434,1	3.420,6	13,5	4,2%	8,3%
	III TR	5.088,0	5.411,0	-323,0	3,6%	12,3%
	IV TR	7.022,3	7.660,6	-638,3	0,2%	4,6%
2010	I TR	1.371,0	1.370,2	0,8	-5,6%	-4,0%
	II TR	3.405,3	3.247,1	158,2	-0,8%	-5,1%
	III TR	5.072,6	4.926,0	146,6	-0,3%	-9,0%
	IV TR	7.152,7	7.088,9	63,9	1,9%	-7,5%
2011	I TR	1.428,2	1.400,0	28,2	4,2%	2,2%
	II TR	3.440,7	3.229,0	211,7	1,0%	-0,6%
	III TR	5.007,7	4.823,8	183,8	-1,3%	-2,1%

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2009 e 2008); Universo comparável: 303 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efectiva	Despesa efectiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
2009	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
2010	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
2011	Janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	Fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	Março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	Abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	Maiο	819,0	779,3	39,7	-	-
	Junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	Julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	Agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	Setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	Outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social - Comparação com o Objectivo do OE11

	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)
	Objectivo do OE/2011	Janeiro a Novembro 2011	
Receita corrente	61.420,5	54.218,8	88,3%
Impostos directos	13.794,0	12.621,0	91,5%
Impostos indirectos	20.849,1	18.934,4	90,8%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	18.876,6	16.217,5	85,9%
Transferências correntes	2.508,1	1.867,8	74,5%
Administrações Públicas	67,6	59,9	88,7%
Outras	2.440,5	1.807,8	74,1%
Outras receitas correntes	5.392,6	4.578,2	84,9%
Receita de capital	2.229,1	1.394,3	62,5%
Transferências de capital	1.142,9	1.088,8	95,3%
Administrações Públicas	8,8	9,4	106,5%
Outras	1.134,0	1.079,4	95,2%
Outras receitas de capital	1.086,2	305,5	28,1%
Receita efectiva	63.649,6	55.613,1	87,4%
Despesa corrente	67.558,3	60.176,0	89,1%
Despesas com o pessoal	13.066,2	12.262,4	93,8%
Aquisição de bens e serviços	9.836,1	8.694,1	88,4%
Juros e outros encargos	6.323,0	6.002,1	94,9%
Transferências correntes	34.540,7	31.397,4	90,9%
Administrações Públicas	2.019,6	1.849,6	91,6%
Outras	32.521,2	29.547,8	90,9%
Subsídios	2.702,6	1.257,6	46,5%
Outras despesas correntes	1.089,7	562,3	51,6%
Despesa de capital	5.264,3	3.334,7	63,3%
Investimento	1.222,3	556,6	45,5%
Transferências de capital	3.939,5	2.739,3	69,5%
Administrações Públicas	1.497,8	1.347,7	90,0%
Outras	2.441,6	1.391,6	57,0%
Outras despesas de capital	102,6	38,8	37,8%
Despesa efectiva	72.822,7	63.510,7	87,2%
Saldo global	-9.173,1	-7.897,6	
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-6.137,9	-5.957,1	
Saldo de capital	-3.035,2	-1.940,4	
Saldo primário	-2.850,0	-1.895,4	

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Orçamental do Estado

Execução Orçamental do Estado (Janeiro a Novembro)

€ Milhões

	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH
Receita corrente	31.716,7	33.820,6	6,6	6,5
Receitas fiscais	28.891,0	30.548,0	5,7	5,1
Impostos directos	11.619,2	12.601,4	8,5	3,0
Impostos indirectos	17.271,8	17.946,6	3,9	2,1
Outras receitas correntes	2.825,7	3.272,6	15,8	1,4
Receita de capital	512,4	320,7	-37,4	-0,6
Receita efectiva	32.229,1	34.141,3	5,9	
Despesa corrente	42.583,0	41.412,2	-2,7	-2,6
Despesas com o pessoal	10.461,1	9.394,5	-10,2	-2,4
Aquisição de bens e serviços	1.090,7	1.390,5	27,5	0,7
Juros e outros encargos	4.938,6	5.984,4	21,2	2,3
Transferências correntes	25.376,3	24.016,9	-5,4	-3,0
Administrações Públicas	22.816,3	21.449,6	-6,0	-3,0
Outras	2.560,0	2.567,3	0,3	0,0
Subsídios	364,1	171,0	-53,0	-0,4
Outras despesas correntes	352,2	454,9	29,2	0,2
Despesa de capital	2.598,2	2.630,9	1,3	0,1
Investimento	354,7	316,5	-10,8	-0,1
Transferências de capital	2.228,3	2.302,3	3,3	0,2
Administrações Públicas	1.967,9	1.621,6	-17,6	-0,8
Outras	260,5	680,7	161,3	0,9
Outras despesas de capital	15,2	12,1	-20,4	0,0
Despesa efectiva	45.181,2	44.043,1	-2,5	
Saldo global	-12.952,1	-9.901,8		
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-10.866,3	-7.591,6		
Saldo de capital	-2.085,8	-2.310,2		
Saldo primário	-8.013,5	-3.917,4		
Activos financeiros líquidos de reembolsos	1.297,5	2.011,5		

Fonte: Ministério das Finanças

Receita do Estado

Receita do Estado (Janeiro a Novembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		Contrib. VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	2010	2011
Receita fiscal	28.891,0	30.548,0	93,1	88,8	5,0	5,7	4,4	5,1
Impostos directos	11.619,2	12.601,4	87,3	86,2	-0,4	8,5	-0,1	3,0
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	7.816,8	8.284,3	86,4	79,5	-1,0	6,0	-0,3	1,5
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	3.778,5	4.269,6	90,0	102,1	0,6	13,0	0,1	1,5
Outros	23,9	47,5	35,5	424,1	424,1	98,7	0,1	0,1
Impostos indirectos	17.271,8	17.946,6	97,5	90,8	8,9	3,9	4,6	2,1
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.212,0	2.130,9	89,6	89,0	-1,5	-3,7	-0,1	-0,3
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	11.231,8	12.160,6	99,6	91,5	11,7	8,3	3,8	2,9
Imposto sobre Veículos (ISV)	742,6	586,2	104,6	74,2	17,2	-21,1	0,4	-0,5
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.315,8	1.337,5	111,5	99,1	23,4	1,6	0,8	0,1
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	165,3	158,7	89,4	81,8	1,5	-4,0	0,0	0,0
Imposto do selo	1.411,1	1.365,1	83,4	89,8	-7,4	-3,3	-0,4	-0,1
Imposto Único de Circulação (IUC)	138,0	157,8	98,6	98,6	18,4	14,3	0,1	0,1
Outros	55,2	49,8	87,2	66,0	0,7	-9,8	0,0	0,0
Receita não fiscal	3.338,1	3.593,3	61,7	66,6	-4,1	7,6	-0,5	0,8
Correntes	2.825,7	3.272,6	75,9	78,4	-11,5	15,8	-1,2	1,4
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	211,7	430,9	84,2	73,6	1,8	103,5	0,0	0,7
Comparticipações para a ADSE	196,7	415,2	85,6	73,9	3,2	111,1	0,0	0,7
Outros	15,0	15,7	70,1	68,6	-13,3	4,7	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	528,6	608,2	71,7	85,9	5,1	15,1	0,1	0,2
Taxas	275,9	333,3	68,2	82,5	-5,3	20,8	-0,1	0,2
Juros de mora e compensatórios	102,1	87,2	113,7	80,0	-4,6	-14,6	0,0	0,0
Multas do Código da Estrada	41,3	79,0	43,5	136,4	-36,8	91,3	-0,1	0,1
Outras multas e penalidades diversas	109,3	108,7	74,1	79,3	179,5	-0,5	0,2	0,0
Rendimentos da Propriedade	470,5	253,5	108,1	62,7	-20,5	-46,1	-0,4	-0,7
Juros	12,6	11,3	114,5	27,8	-33,3	-10,3	0,0	0,0
Dividendos e participações nos lucros	456,2	240,3	108,1	66,5	-20,1	-47,3	-0,4	-0,7
Outros	1,7	1,9	85,0	95,0	0,0	11,8	0,0	0,0
Transferências Correntes	874,4	1.061,0	64,2	68,3	-15,6	21,3	-0,5	0,6
Administrações públicas	765,9	1.001,9	66,8	70,9	-3,8	30,8	-0,1	0,7
Exterior	96,9	47,4	50,5	39,8	-57,6	-51,1	-0,4	-0,2
Outros	11,6	11,7	50,4	53,9	-2,5	0,9	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	375,6	387,8	78,9	97,9	-10,7	3,2	-0,1	0,0
Outras Receitas Correntes	121,9	314,8	56,0	112,3	40,9	158,2	0,1	0,6
Prémios e taxas por garantias de riscos	62,2	121,9	104,5	205,9	150,8	96,0	0,1	0,2
Outros	59,7	192,9	37,8	87,2	-3,2	223,1	0,0	0,4
Recursos Próprios Comunitários	164,2	155,1	93,4	87,8	14,2	-5,5	0,1	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	78,8	61,3	114,5	87,1	-61,3	-22,2	-0,4	-0,1
Capital	512,4	320,7	30,4	26,3	78,9	-37,4	0,7	-0,6
Venda de Bens de Investimento	11,6	11,7	2,8	2,9	-83,2	0,9	-0,2	0,0
Transferências de Capital	65,4	50,2	24,3	38,1	24,3	-23,2	0,0	0,0
Administrações públicas	24,6	23,2	75,7	131,8	-21,4	-5,7	0,0	0,0
Exterior	37,1	18,5	15,7	16,2	117,0	-50,1	0,1	-0,1
Outros	3,7	8,5	-	-	-11,9	129,7	0,0	0,0
Outras Receitas de Capital	7,5	60,4	1,3	11,2	-	705,3	-	0,2
Saldo da Gerência Anterior	427,9	198,4	103,3	131,2	35,2	-53,6	0,4	-0,7
Receita efectiva	32.229,1	34.141,3	88,4	85,8	4,0	5,9		
<i>Por memória:</i>								
Activos Financeiros	75,6	332,3						
Alienação de partes sociais de empresas	17,4	0,0						
Outros activos	58,2	332,3						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR). Os valores de 2011 são provisórios, sendo os de 2010 definitivos.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

Despesa do Estado - Classificação Económica

Despesa do Estado, por Classificação Económica (Janeiro a Novembro)

Por memória:

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		Contrib. VH (%)		Despesa de anos anteriores	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	2010	2011	2010	2011
Despesa corrente	42.583,0	41.412,2	89,1	90,6	4,0	-2,7	3,7	-2,6	143,6	179,0
Despesas com o pessoal	10.461,1	9.394,5	90,3	93,0	0,4	-10,2	0,1	-2,4	60,5	76,3
Remunerações Certas e Permanentes	7.818,3	7.262,7	91,2	93,6	1,2	-7,1	0,2	-1,2	10,3	8,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	445,7	376,3	81,0	81,7	-3,9	-15,6	0,0	-0,2	2,9	6,5
Segurança social	2.197,1	1.755,5	89,2	93,4	-1,3	-20,1	-0,1	-1,0	47,3	61,6
Aquisição de bens e serviços correntes	1.090,7	1.390,5	68,5	69,3	0,5	27,5	0,0	0,7	32,0	51,6
Juros e outros encargos	4.938,6	5.984,4	89,8	95,0	-2,3	21,2	-0,3	2,3		
Transferências correntes	25.376,3	24.016,9	90,9	92,5	7,4	-5,4	4,0	-3,0	49,9	50,2
Administrações Públicas	22.816,3	21.449,6	92,0	92,9	7,6	-6,0	3,7	-3,0	11,5	12,9
Administração Central	13.900,2	13.534,5	92,3	93,7	7,2	-2,6	2,1	-0,8		
Administração Regional			-	-	-	-	-	-		
Administração Local	1.817,7	1.741,2	91,7	91,6	1,9	-4,2	0,1	-0,2	11,5	12,9
Segurança Social	7.098,4	6.173,9	91,4	91,6	10,1	-13,0	1,5	-2,0		
Outras transferências correntes	2.560,0	2.567,3	82,2	89,3	5,3	0,3	0,3	0,0	38,4	37,3
Subsídios	364,1	171,0	50,3	27,6	-9,5	-53,0	-0,1	-0,4	0,1	0,0
Outras despesas correntes	352,2	454,9	74,6	62,4	-1,8	29,2	0,0	0,2	1,0	0,9
Despesa corrente primária	37.644,4	35.427,8	89,0	89,9	4,9	-5,9	4,0	-4,9	143,6	179,0
Despesa de capital	2.598,2	2.630,9	57,8	81,9	-15,9	1,3	-1,1	0,1	5,7	7,4
Investimento	354,7	316,5	18,5	46,6	-7,1	-10,8	-0,1	-0,1	5,7	7,3
Transferências de capital	2.228,3	2.302,3	87,2	92,4	-17,3	3,3	-1,1	0,2	0,0	0,1
Administrações Públicas	1.967,9	1.621,6	86,9	89,9	-20,3	-17,6	-1,1	-0,8	0,0	0,0
Administração Central	604,1	322,4	76,1	76,4	-45,8	-46,6	-1,2	-0,6		
Administração Regional	606,7	595,9	98,4	99,3	4,2	-1,8	0,1	0,0		
Administração Local	754,5	702,2	89,1	90,5	-0,7	-6,9	0,0	-0,1		0,0
Segurança Social	2,6	1,1	33,4	17,2	-75,8	-56,9	0,0	0,0		
Outras transferências de capital	260,5	680,7	89,9	99,1	15,6	161,3	0,1	0,9		0,1
Outras despesas de capital	15,2	12,1	73,7	27,4	-4,7	-20,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efectiva	45.181,2	44.043,1	86,4	90,0	2,6	-2,5			149,3	186,5
<i>Por memória:</i>										
Activos financeiros	1.355,7	2.343,8								
Passivos financeiros	104.493,1	93.061,6								
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública	1.525,6									

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Funcional

Despesa do Estado, por classificação funcional (Janeiro a Novembro)

	2010	2011	2010	2011
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
Funções Gerais de Soberania	6.407,1	6.191,2	14,2	14,1
Serviços Gerais da Administração Pública	1.676,8	1.500,6	3,7	3,4
Defesa Nacional	1.779,8	1.643,9	3,9	3,7
Segurança e Ordem Públicas	2.950,5	3.046,6	6,5	6,9
Funções Sociais	28.310,8	26.209,0	62,7	59,5
Educação	7.788,2	7.169,2	17,2	16,3
Saúde	8.805,7	8.166,2	19,5	18,5
Segurança e Acção Sociais	11.129,9	10.457,3	24,6	23,7
Habituação e Serviços Colectivos	275,3	168,4	0,6	0,4
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	311,7	247,9	0,7	0,6
Funções Económicas	1.138,6	1.255,7	2,5	2,9
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	431,5	407,0	1,0	0,9
Indústria e Energia	54,6	0,0	0,1	0,0
Transportes e Comunicações	300,6	692,7	0,7	1,6
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	352,0	156,0	0,8	0,4
Outras Funções	9.324,6	10.387,2	20,6	23,6
Operações da Dívida Pública	4.937,7	5.983,5	10,9	13,6
Transferências entre Administrações Públicas	4.387,0	4.403,7	9,7	10,0
Diversas não especificadas				
Despesa Efectiva	45.181,2	44.043,1	100,0	100,0
<i>Por memória:</i>				
Activos financeiros	1.355,7	2.343,8		
Funções Gerais de Soberania	1.248,7	2.343,8		
Funções Sociais	107,0			
Funções Económicas				
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	106.018,7	93.061,6		
Outras Funções	106.018,7	93.061,6		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

Despesa do Estado - Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Económica (Janeiro a Novembro)

	Milhões de Euros												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	1.543,9	260,9	13.214,1	300,9	1.592,3	1.703,1	1.361,7	145,2	408,0	7.514,9	7.182,4	6.184,8	41.412,2
Despesas com o pessoal	38,9	121,2	470,9	145,2	1.234,2	1.433,9	952,3	81,0	159,9	51,3	4.688,3	17,5	9.394,5
Remunerações Certas e Permanentes	32,5	104,1	318,4	86,6	770,8	1.011,0	747,4	66,0	132,2	42,1	3.937,2	14,3	7.262,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	1,3	2,9	63,0	43,6	97,8	63,4	68,2	3,1	4,1	1,4	26,9	0,6	376,3
Segurança social	5,1	14,1	89,4	15,0	365,6	359,6	136,7	11,9	23,6	7,7	724,2	2,6	1.755,5
Aquisição de bens e serviços correntes	2,8	31,8	550,2	31,1	329,4	146,5	155,2	22,5	33,0	31,5	54,3	2,3	1.390,5
Aquisição de bens	0,3	4,0	7,0	0,7	143,3	40,0	49,0	2,2	5,9	2,5	27,2	0,2	282,2
Aquisição de serviços	2,5	27,8	543,2	30,4	186,1	106,5	106,2	20,3	27,1	28,9	27,1	2,1	1.108,3
Juros e outros encargos	0,0		5.983,8	0,3	0,0	0,1		0,1	0,2	0,0			5.984,4
Transferências correntes	1.502,2	104,5	6.039,1	110,7	27,9	111,7	252,8	41,4	214,4	7.432,2	2.015,1	6.164,9	24.016,9
Administrações Públicas	1.501,8	65,2	4.277,8	38,0	7,6	107,8	247,2	37,4	203,0	7.426,9	1.374,5	6.162,3	21.449,6
Administração Central	99,7	64,8	4.266,0	38,0	7,6	95,6	247,2	37,4	200,9	7.426,9	1.049,5	0,7	13.534,5
Administração Regional													
Administração Local	1.402,0	0,3				12,2					325,1		1.741,2
Segurança Social			11,8		0,0				0,5			6.161,6	6.173,9
Outras transferências correntes	0,4	39,4	1.761,3	72,7	20,3	3,9	5,6	4,0	11,4	5,2	640,5	2,6	2.567,3
Subsídios	0,0	3,2	167,7	0,0							0,0		171,0
Outras despesas correntes	0,0	0,2	2,5	13,6	0,7	10,9	1,4	0,2	0,6	0,0	424,8	0,0	454,9
Despesa de capital	1.288,2	15,0	657,2	2,4	192,5	19,6	9,4	77,8	106,0	11,8	249,7	1,6	2.630,9
Investimento	0,2	7,7	16,2	2,1	191,4	17,0	9,3	1,6	28,3	0,6	41,5	0,5	316,5
Transferências de capital	1.288,0	7,3	641,0	0,1	1,1	2,5	0,0	76,1	77,6	11,2	196,3	1,1	2.302,3
Administrações Públicas	1.288,0	3,9	0,0	0,1	1,1	2,5		42,4	77,2	11,2	194,1	1,1	1.621,6
Administração Central	6,3	2,0	0,0	0,1	1,1	0,4		42,4	76,9	11,2	182,0		322,4
Administração Regional	595,9												595,9
Administração Local	685,8	1,8				2,1					12,1		702,2
Segurança Social												1,1	1,1
Outras transferências de capital		3,4	641,0			0,0	0,0	33,7	0,4		2,2		680,7
Outras despesas de capital				0,2					0,0		11,8		12,1
Despesa efectiva	2.832,1	275,9	13.871,3	303,3	1.784,8	1.722,6	1.371,0	223,0	514,0	7.526,7	7.432,1	6.186,4	44.043,1
<i>Por memória:</i>													
Activos financeiros			2.343,8										2.343,8
Passivos financeiros			93.061,6										93.061,6
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública													

Nota: Os valores relativos a 2010 correspondem a uma estimativa, resultante da conversão orgânica do XVIII para o XIX Governo Constitucional.

Despesa do Estado - Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Ec

	VH (%)												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	-5,5	-5,3	9,7	-11,1	-9,0	0,9	6,9	-15,9	-8,7	-6,9	-7,5	-13,0	-2,7
Despesas com o pessoal	-3,9	9,0	-52,5	-7,8	-5,3	-0,3	-3,8	-9,1	-5,9	-4,9	-8,0	-16,1	-10,2
Remunerações Certas e Permanentes	-6,9	11,0	-10,1	-10,0	-4,2	0,0	-6,8	-11,0	-7,7	-7,0	-9,3	-17,0	-7,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	11,9	-18,7	-10,4	-7,7	-14,3	-3,0	-10,5	-14,8	-20,5	-19,1	-52,2	-40,6	-15,6
Segurança social	16,0	2,5	-84,2	7,1	-5,0	-0,5	21,8	5,1	9,8	12,1	3,7	-0,4	-20,1
Aquisição de bens e serviços correntes	12,9	-12,3	323,4	-11,3	-13,8	-11,2	0,0	-10,4	-32,0	-25,8	-16,4	-36,3	27,5
Aquisição de bens	-14,7	1,6	-54,5	-50,1	-13,6	1,7	5,1	-7,3	-1,0	14,7	-25,4	-29,7	-11,8
Aquisição de serviços	16,6	-13,9	374,1	-9,6	-14,0	-15,2	-2,2	-10,8	-36,3	-28,0	-4,8	-36,9	43,8
Juros e outros encargos	-	-100,0	21,2	9,0	-	201,6	-	71,1	-47,3	3.819,2	-100,0	-	21,2
Transferências correntes	-5,6	-15,2	7,1	-14,1	-56,4	33,1	97,4	-28,9	-3,4	-6,8	-11,5	-13,0	-5,4
Administrações Públicas	-5,6	-13,0	6,4	-30,6	-18,6	34,9	99,2	-31,6	-6,2	-6,8	-10,5	-13,0	-6,0
Administração Central	-2,2	-13,3	6,5	-30,6	-18,6	21,5	99,2	-31,6	-7,1	-6,8	-13,1	-32,1	-2,6
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-5,8	70,9	-	-	-	897,7	-	-	-	-	-0,8	-	-4,2
Segurança Social	-	-	-22,2	-	-32,3	-	-	-	125,6	-	-	-13,0	-13,0
Outras transferências correntes	0,1	-18,6	9,0	-1,9	-62,9	-3,3	40,1	13,9	114,3	-17,9	-13,6	-14,0	0,3
Subsídios	-80,8	-28,5	-52,5	-62,7	-100,0	-	-	-100,0	-100,0	-	-	-100,0	-53,0
Outras despesas correntes	-84,8	-22,6	23,5	-19,6	30,2	2.091,4	311,0	51,4	93,7	27,3	28,3	-25,3	29,2
Despesa de capital	-4,4	-26,5	62,3	-30,4	-1,4	-57,3	-13,1	-5,0	-19,1	42,8	-27,9	-52,2	1,3
Investimento	-1,7	-6,4	5,8	-9,6	-1,9	-59,0	22,7	-17,5	-12,1	24,5	-15,1	-36,5	-10,8
Transferências de capital	-4,4	-39,9	64,5	-88,4	1.405,0	-40,2	-99,7	-4,7	-21,4	44,0	-30,5	-56,9	3,3
Administrações Públicas	-4,4	-50,2	-100,0	-2,2	1.405,0	-32,6	-100,0	-1,1	-21,3	44,0	-30,6	-56,9	-17,6
Administração Central	-41,7	-68,9	-100,0	-2,2	1.405,0	-77,5	-100,0	-1,1	-20,3	44,0	-29,8	-	-46,6
Administração Regional	-1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-1,8
Administração Local	-6,0	49,7	-	-	-	7,4	-	-	-81,6	-	-40,5	-	-6,9
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-56,9	-56,9
Outras transferências de capital	-	-21,5	198,8	-100,0	-	-96,2	-	-8,9	-33,6	-	-22,7	-	161,3
Outras despesas de capital	-	-	-	-42,8	-	-	-	-	911,1	-	-20,2	-	-20,4
Despesa efectiva	-5,0	-6,8	11,4	-11,3	-8,3	-0,6	6,7	-12,4	-11,1	-6,9	-8,4	-13,1	-2,5
<i>Por memória:</i>													
Activos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Públ													

Nota: Os valores relativos a 2010 correspondem a um:Fonte: Ministério das Finanças

Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (Janeiro a Novembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		2011
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	Contrib. VH (%)
Receita corrente	20.746,2	20.572,7	84,9	87,4	2,0	-0,8	-0,8
Impostos directos	20,5	19,6	99,4	94,3	-15,9	-4,1	0,0
Impostos indirectos	324,0	332,2	81,0	83,5	-1,8	2,5	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.682,2	3.467,6	85,8	82,8	8,7	-5,8	-1,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.138,0	1.152,5	66,9	77,1	-6,2	1,3	0,1
Transferências Correntes	14.886,0	14.760,1	88,4	91,1	3,7	-0,8	-0,6
Outros subsectores das Administrações Públicas	14.550,2	14.297,3	90,1	91,5	7,6	-1,7	-1,2
União Europeia	198,5	300,3	39,8	67,0	-70,7	51,3	0,5
Outras transferências	137,3	162,6	72,6	117,7	-5,7	18,4	0,1
Outras Receitas Correntes	695,5	840,7	58,7	68,9	-32,4	20,9	0,7
Receita de capital	971,2	1.400,2	25,2	73,7	-48,8	44,2	2,0
Transferências de capital	929,6	1.383,8	25,4	75,4	-50,5	48,9	2,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	584,3	331,4	58,9	67,4	-47,4	-43,3	-1,2
União Europeia	324,8	446,2	43,9	62,7	-55,1	37,4	0,6
Outras transferências	20,5	606,2	1,1	96,0	-50,9	2.855,8	2,7
Receita efectiva	21.717,4	21.972,9	76,8	86,4	-2,3	1,2	
Despesa corrente	20.320,2	19.948,3	82,3	85,9	2,2	-1,8	-1,8
Despesas com o pessoal	2.435,6	2.578,5	71,0	80,3	-10,5	5,9	0,7
Aquisição de bens e serviços	7.306,2	7.225,9	80,6	86,7	3,1	-1,1	-0,4
Juros e outros encargos	9,9	15,5	51,4	50,0	-4,3	56,5	0,0
Transferências correntes	9.495,5	9.693,5	86,8	89,8	2,6	2,1	0,9
Outros subsectores das Administrações Públicas	687,5	746,7	67,0	67,0	-17,0	8,6	0,3
Outras transferências	8.808,1	8.946,9	88,8	92,4	4,5	1,6	0,7
Subsídios	409,3	393,6	52,3	57,6	-42,1	-3,8	-0,1
Outras despesas correntes	663,7	41,2	145,2	26,0	528,9	-93,8	-2,9
Despesa de capital	930,5	983,4	45,3	56,4	-49,7	5,7	0,2
Investimento	191,7	226,2	23,3	32,3	-20,5	18,0	0,2
Transferências de capital	698,0	730,4	60,8	72,7	-48,9	4,7	0,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	77,1	56,2	54,9	49,8	-56,9	-27,2	-0,1
Outras transferências	620,8	674,3	61,6	75,6	-47,7	8,6	0,3
Outras despesas de capital	40,9	26,7	49,1	71,9	-83,1	-34,6	-0,1
Despesa efectiva	21.250,7	20.931,8	79,4	83,9	-2,2	-1,5	
Saldo global	466,7	1.041,2					
<i>Por memória:</i>							
Despesas de anos anteriores	804,6	1.059,7					
Despesa primária	21.240,8	20.916,2					
Saldo primário	476,6	1.056,7					
Saldo corrente	425,9	624,4					
Saldo de capital	40,7	416,8					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	229,3	605,2					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	24,2	14,3					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	1.761,6	450,3					

Notas: As outras despesas correntes e outras despesas de capital estão influenciadas pelas diferenças de consolidação no subsector.

Fonte: Ministério das Finanças

Organismos com execução orçamental em falta:

2010

Assembleia da República, Agência para a Modernização Administrativa, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Administração Regional da Saúde Centro, Escola Portuguesa De Moçambique, UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento

2011

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento IP

Programas Orçamentais

Execução dos Programas Orçamentais (Janeiro a Novembro) (1)

€ Milhões

Designação	2011		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	3.207,0	2.954,2	92,1
Governação	378,3	264,1	69,8
Representação Externa	339,2	280,1	82,6
Finanças e Administração Pública	17.959,4	16.299,8	90,8
Gestão da Dívida Pública	6.300,9	5.983,5	95,0
Defesa	1.876,9	1.633,2	87,0
Lei de Programação Militar	503,1	365,9	72,7
Lei de Programação das Infraestruturas Militares	1.102,8	591,3	53,6
Segurança Interna	2.236,5	1.965,8	87,9
Lei de programação das Instalações e Equipamento das Forças de Segurança	1.050,6	836,5	79,6
Justiça	1.861,1	1.545,5	83,0
Economia, Inovação e Desenvolvimento	441,5	239,2	54,2
Agricultura e Pescas	1.476,1	920,8	62,4
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	12.752,3	11.448,6	89,8
Ambiente e Ordenamento do Território	342,6	233,4	68,1
Trabalho e Solidariedade Social	9.037,9	7.891,2	87,3
Saúde	8.320,7	7.581,7	91,1
Educação	6.755,0	5.988,6	88,7
Investigação e Ensino Superior	1.599,5	1.450,4	90,7
Cultura	142,1	104,0	73,2
Cooperação para o Desenvolvimento	163,8	137,0	83,6
Despesa efectiva	77.847,0	68.714,8	88,3

Nota: (1) Valores não consolidados

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Óptica de Compromissos (Janeiro a Novembro)					€ Milhões
	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)	
	Milhões de Euros				
Subsídio de investimento	11,6	17,2	48,3	0,1	
Prestação de serviços	78,1	92,9	19,0	0,2	
Próprio ano	40,6	46,7	15,0	0,1	
Anos anteriores	37,5	46,2	23,2	0,1	
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	7.969,3	7.425,5	-6,8	-6,6	
Transferências correntes obtidas da Administração Local	30,2	31,3	3,6	0,0	
Outros proveitos operacionais	20,6	12,1	-41,3	-0,1	
Próprio ano	6,7	8,2	22,4	0,0	
Anos anteriores	13,9	3,9	-71,9	-0,1	
Proveitos e ganhos financeiros	0,3	0,4	33,3	0,0	
Próprio ano	0,3	0,4	33,3	0,0	
Anos anteriores	0,0	0,0		0,0	
Outras receitas	101,4	116,4	14,8	0,2	
Próprio ano (inclui rec. SNS)	101,1	113,9	12,7	0,2	
Anos anteriores	0,3	2,5	733,3	0,0	
Receita cobrada	8.211,5	7.695,8	-6,3		
Despesas com o pessoal	979,9	913,5	-6,8	-0,8	
Compras	107,7	96,5	-10,4	-0,1	
Fornecimentos e serviços	215,4	178,1	-17,3	-0,4	
Subcontratos	7.107,1	6.585,4	-7,3	-6,0	
Produtos vendidos em farmácias	1.582,4	1.273,5	-19,5	-3,6	
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	730,4	672,5	-7,9	-0,7	
Parcerias Público-Privadas	144,0	212,1	47,3	0,8	
Outros subcontratos	305,1	292,7	-4,1	-0,1	
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	4.345,2	4.134,6	-4,8	-2,4	
Imobilizações	62,1	75,6	21,7	0,2	
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	160,1	119,6	-25,3	-0,5	
Despesa paga do ano	8.632,3	7.968,7	-7,7		
Saldo	-420,8	-272,9			

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem à despesa total do ano.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Administração Regional

Execução Orçamental da Administração Regional

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores		R. Autónoma da Madeira		Administração Regional	
	Ano	Jan-Out	Ano	Jan-Out	Ano	Jan-Out
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Receita corrente	688,2	570,6	986,2	832,4	1.674,4	1.403,0
Impostos directos	180,7	140,9	289,6	194,5	470,4	335,4
<i>dos quais:</i>						
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	149,0	104,8	197,7	133,8	346,7	238,7
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	31,7	36,0	91,7	56,9	123,5	92,9
Impostos indirectos	294,0	233,1	393,4	328,9	687,4	561,9
<i>dos quais:</i>						
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	176,2	143,3	252,8	220,7	428,9	364,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,4	3,8	6,2	4,9	10,6	8,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	17,4	14,4	27,5	17,9	44,9	32,3
Rendimentos da Propriedade	2,1	1,9	2,4	3,2	4,5	5,1
Transferências Correntes	164,5	161,2	251,2	272,7	415,8	433,9
Administração Central - Estado	149,5	146,0	204,8	234,5	354,2	380,5
Outros subsectores das AP	12,9	10,7	16,0	15,1	28,9	25,8
Resto do mundo	2,2	4,0	30,4	22,8	32,6	26,9
Outras transferências	0,0	0,5	0,1	0,3	0,1	0,7
Venda de bens e serviços correntes	14,6	12,3	7,8	7,8	22,4	20,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	1,7	2,1	4,8	0,7	6,5	2,8
Outras receitas correntes	8,7	1,1	3,2	1,7	12,0	2,8
Receita de capital	352,6	268,4	117,8	56,5	470,4	324,9
Venda de Bens de Investimento	30,1	0,3	0,6	0,1	30,6	0,4
Transferências de Capital	322,5	268,1	113,3	56,1	435,8	324,1
Administração Central - Estado	213,1	205,9	71,1	8,4	284,1	214,3
Outros subsectores das AP	0,1	0,2	3,1	0,2	3,2	0,4
Resto do mundo	109,3	61,8	38,1	47,4	147,5	109,2
Outras transferências	0,0	0,1	1,0	0,1	1,0	0,2
Outras receitas de capital	0,0	0,1	4,0	0,2	4,0	0,3
Receita Efectiva	1.040,8	839,0	1.104,0	888,9	2.144,8	1.727,9
Despesa Corrente	874,4	669,7	991,1	753,9	1.865,6	1.423,6
Despesas com o pessoal	387,9	296,0	409,1	307,3	797,0	603,3
Aquisição de bens e serviços	176,0	101,3	201,3	146,0	377,3	247,3
Juros e outros encargos	9,3	10,8	41,8	35,4	51,0	46,2
Transferências	234,3	214,9	292,4	226,2	526,7	441,1
Subsectores das AP	1,4	12,0	0,4	0,4	1,8	12,5
Outras transferências	232,9	202,9	292,0	225,7	524,9	428,6
Subsídios	53,9	35,7	24,2	22,4	78,1	58,1
Outras despesas correntes	13,0	11,0	22,5	16,6	35,5	27,6
Despesa de Capital	222,6	145,9	188,0	118,6	410,6	264,5
Aquisição de bens e serviços	120,2	57,3	134,5	90,8	254,7	148,1
Transferências	101,8	88,3	53,5	27,8	155,3	116,0
Subsectores das AP	13,5	10,7	22,3	4,7	35,8	15,4
Outras transferências	88,3	77,6	31,1	23,1	119,5	100,6
Outras despesas de capital	0,6	0,3	0,0	0,0	0,6	0,3
Despesa efectiva	1.097,0	815,6	1.179,2	872,5	2.276,2	1.688,1
Saldo global	-56,3	23,4	-75,1	16,4	-131,4	39,8
<i>Por memória:</i>						
Despesa primária	1.087,8	804,8	1.137,4	837,1	2.225,2	1.641,9
Saldo primário	-47,0	34,2	-33,4	51,8	-80,4	86,0
Saldo corrente	-186,2	-99,1	-5,0	78,5	-191,2	-20,6
Saldo de capital	130,0	122,5	-70,2	-62,1	59,8	60,4
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-3,8	0,6	6,3	6,5	2,4	7,1
Passivos financeiros líquidos de amortizações	50,0	0,0	94,8	-13,7	144,8	-13,7
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-2,5	22,9	13,4	-3,9	10,9	19,0

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Execução Orçamental da Administração Local (Janeiro a Setembro)

€ Milhões

	Ano	Universo Real		Universo Comparável		VH (%)	Contrib. VH (%)
		III TR		III TR			
		2010	2011	2010	2011		
Receita corrente	5.755,0	4.122,9	4.013,8	4.122,9	3.953,5	-4,1	-3,3
Impostos directos	2.146,0	1.526,8	1.449,9	1.526,8	1.427,4	-6,5	-1,9
Imposto Municipal sobre Transmissões	611,0	456,3	397,6	456,3	394,9	-13,5	-1,2
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.088,9	681,5	708,3	681,5	696,2	2,2	0,3
Imposto Municipal sobre Veículos	167,5	132,1	143,3	132,1	140,9	6,7	0,2
Derrama	264,0	244,0	194,5	244,0	189,2	-22,5	-1,1
Outros	14,7	12,9	6,2	12,9	6,2	-51,7	-0,1
Impostos indirectos	157,2	116,7	105,7	116,7	105,1	-9,9	-0,2
Taxas, Multas e Outras Penalidades	223,7	138,7	160,4	138,7	158,9	14,6	0,4
Rendimentos da Propriedade	256,7	186,6	175,5	186,6	174,2	-6,6	-0,2
Transferências Correntes	2.197,6	1.621,8	1.574,7	1.621,8	1.550,7	-4,4	-1,4
Lei das Finanças Locais	1.725,5	1.300,7	1.233,7	1.300,7	1.219,7	-6,2	-1,6
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.182,4	890,4	848,1	890,4	841,0	-5,6	-1,0
Fundo Social Municipal	160,1	123,1	114,3	123,1	112,5	-8,6	-0,2
Participação IRS	383,0	287,2	271,3	287,2	266,2	-7,3	-0,4
Outros subsectores das AP	428,5	291,1	301,0	291,1	291,4	0,1	0,0
Resto do mundo	16,3	11,1	16,3	11,1	16,0	43,8	0,1
Outras transferências	27,3	18,8	23,8	18,8	23,6	25,7	0,1
Venda de bens e serviços correntes	700,1	486,8	496,4	486,8	488,5	0,4	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	8,6	6,8	10,7	6,8	9,8	44,7	0,1
Outras receitas correntes	65,2	38,8	40,5	38,8	38,8	0,1	0,0
Receita de capital	1.492,4	1.009,7	1.123,2	1.009,7	1.117,7	10,7	2,1
Venda de Bens de Investimento	117,1	64,7	48,1	64,7	48,1	-25,7	-0,3
Transferências de Capital	1.353,9	928,2	1.060,2	928,2	1.054,7	13,6	2,5
Lei das Finanças Locais	771,7	584,9	546,8	584,9	542,3	-7,3	-0,8
Fundo de Equilíbrio Financeiro	771,7	584,9	546,8	584,9	542,3	-7,3	-0,8
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros subsectores das AP	118,1	65,2	59,7	65,2	58,9	-9,6	-0,1
Resto do mundo	452,5	270,4	442,0	270,4	441,8	63,4	3,3
Outras transferências	11,5	7,7	11,8	7,7	11,7	51,7	0,1
Outras receitas de capital	21,5	16,8	14,9	16,8	14,9	-11,4	0,0
Receita Efectiva	7.247,4	5.132,7	5.137,0	5.132,7	5.071,2	-1,2	-1,2
Despesa Corrente	4.968,4	3.533,6	3.559,1	3.533,6	3.506,9	-0,8	-0,5
Despesas com o pessoal	2.422,2	1.736,8	1.702,7	1.736,8	1.681,0	-3,2	-1,1
Aquisição de bens e serviços	1.703,9	1.205,3	1.240,9	1.205,3	1.219,6	1,2	0,3
Juros e outros encargos	104,3	70,0	89,6	70,0	89,3	27,6	0,4
Transferências	489,5	349,6	344,5	349,6	337,9	-3,3	-0,2
Subsectores das AP	217,0	152,7	158,8	152,7	155,0	1,5	0,0
Outras transferências	272,5	196,9	185,7	196,9	182,8	-7,1	-0,3
Subsídios	149,3	99,4	111,3	99,4	110,9	11,6	0,2
Outras despesas correntes	99,2	72,6	70,1	72,6	68,2	-6,1	-0,1
Despesa de Capital	2.213,6	1.453,9	1.382,4	1.453,9	1.377,1	-5,3	-1,5
Aquisição de bens e serviços	1.769,4	1.177,4	1.125,3	1.177,4	1.120,7	-4,8	-1,1
Transferências	376,3	232,8	228,1	232,8	227,5	-2,3	-0,1
Subsectores das AP	162,5	112,9	100,1	112,9	100,1	-11,4	-0,3
Outras transferências	213,8	119,8	128,0	119,8	127,4	6,3	0,2
Outras despesas de capital	67,9	43,7	29,0	43,7	29,0	-33,7	-0,3
Despesa efectiva	7.182,0	4.987,5	4.941,6	4.987,5	4.884,0	-2,1	-2,1
Saldo global	65,5	145,1	195,4	145,1	187,1		
<i>Por memória:</i>							
Despesa primária	7.077,6	4.917,5	4.852,0	4.917,5	4.794,7	-2,5	-2,5
Saldo primário	169,8	215,1	285,0	215,1	276,4		
Saldo corrente	786,7	589,3	454,7	589,3	446,6		
Saldo de capital	-721,2	-444,2	-259,2	-444,2	-259,5		
Activos financeiros líquidos de reembolsos	19,4	14,3	10,0	14,3	10,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-51,1	55,7	-15,7	55,7	-13,8		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-5,0	186,5	169,7	186,5	163,3		
Taxa de particip. financiam. comunitário	25,6%	23,0%	39,3%	23,0%	39,4%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

Universo completo: 308 Municípios

Universo comparável: 306 Municípios

2010 (Univ. Real)

Jan-Set : 306 Mun; Faltosos: Amadora e Vila Nova de Paiva

Jan-Dez : 307 Mun; Faltosos: Amadora

2011 (Univ. Real)

Jan-Set: 308 Mun

Execução Orçamental da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Social (Janeiro a Novembro)

€ Milhões

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	
Receita corrente	21.560,3	21.324,5	90,5	88,8	4,9	-1,1	-1,1
Contribuições e quotizações	12.048,4	12.319,0	89,4	87,3	2,7	2,2	1,3
IVA Social	639,6	655,6	91,7	91,7	1,3	2,5	0,1
Transferências correntes da Administração Central	7.226,0	6.308,7	91,4	90,8	9,8	-12,7	-4,2
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	7.083,0	6.161,2	91,7	91,7	10,2	-13,0	-4,3
Transferências do Fundo Social Europeu	904,5	1.136,9	99,4	84,5	4,5	25,7	1,1
Outras receitas correntes	741,9	904,4	88,9	1,0	-0,3	21,9	0,8
Receita de capital	26,1	3,4	93,2	8,0	54,5	-87,0	-0,1
Transferências do Orçamento de Estado	2,6	1,1	64,9	15,1	-75,8	-56,9	0,0
Outras receitas de capital	23,5	2,3	97,8	6,6	273,0	-90,2	-0,1
Receita Efectiva	21.586,4	21.327,9	90,5	88,6	4,9	-1,2	
Despesa Corrente	20.362,4	20.346,2	79,2	86,0	4,8	-0,1	-0,1
Pensões	12.019,4	12.396,0	85,8	85,3	4,1	3,1	1,8
Sobrevivência	1.741,0	1.676,6	85,9	84,8	3,7	-3,7	-0,3
Invalidez	1.207,1	1.199,9	85,8	85,2	-1,2	-0,6	0,0
Velhice	9.045,9	9.485,2	85,8	85,4	4,6	4,9	2,2
Beneficiários dos antigos combatentes	25,5	34,2	0,0	0,0	-	34,3	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	902,5	618,1	93,2	85,0	-1,1	-31,5	-1,4
Subsídio por doença	412,4	415,8	92,3	90,8	0,1	0,8	0,0
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.045,8	1.909,0	92,1	90,6	11,0	-6,7	-0,7
Complemento Solidário para Idosos	242,8	249,8	91,6	91,5	17,5	2,9	0,0
Outras prestações	741,7	771,9	91,8	90,0	6,2	4,1	0,1
Acção social	1.444,7	1.403,4	89,7	84,8	-0,5	-2,9	-0,2
Rendimento Social de Inserção	485,1	380,6	93,3	90,6	4,7	-21,5	-0,5
Administração	339,7	309,6	90,4	79,2	-4,4	-8,9	-0,1
Outras despesas correntes	625,7	593,0	89,5	92,1	-8,9	-5,2	-0,2
<i>dos quais:</i>							
Transferências e subsídios correntes	625,7	593,0	89,5	92,1	-8,9	-5,2	-0,2
Acções de Formação Profissional	1.102,6	1.299,1	91,3	81,3	27,8	17,8	1,0
<i>dos quais:</i>							
Com suporte no Fundo Social Europeu	896,5	1.082,4	91,3	79,1	36,3	20,7	0,9
Despesa de Capital	19,8	18,6	59,9	39,5	-40,1	-6,4	0,0
PIDDAC	8,0	0,8	43,2	11,2	-39,9	-89,7	0,0
Outras	11,8	17,7	81,4	37,6	-40,2	50,5	0,0
Despesa efectiva	20.382,3	20.364,8	88,0	85,9	4,7	-0,1	
Saldo global	1.204,2	963,1					
<i>Por memória:</i>							
Activos financeiros líquidos de reembolsos	549,7	779,7					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	654,4	183,4					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Dívida não Financeira da Administração Pública

Encargos assumidos e não pagos, da Administração Central, em final de Novembro de 2011

€ Milhões

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	6	4	10	4	13	6	3	9	4	13
Presidência do Conselho de Ministros	17	4	21	1	21	12	2	14	1	15
Finanças	23	39	62	5	67	-18	39	20	4	25
Negócios Estrangeiros	5	56	61	0	61	3	27	31	0	31
Defesa Nacional	54	2	56	26	82	26	0	26	26	52
Administração Interna	158	2	159	4	163	85	-7	78	-23	55
Justiça	149	17	167	40	206	35	5	40	13	53
Economia e Emprego	19	15	34	4	38	15	14	29	2	31
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	46	163	208	3	212	33	92	125	3	128
Saúde	14	1	15	1	16	13	1	14	1	15
Educação e Ciência	43	14	57	9	66	5	12	17	7	24
Solidariedade e Segurança Social	0	0	0	0	0	-0	0	0	0	0
TOTAL	535	316	850	98	948	215	189	404	38	442

Nota: Definições de acordo com a Circular Série A n.º 1364 da Direcção-Geral do Orçamento. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Fonte: Ministério das Finanças

Encargos assumidos e não pagos a entidades fora das AP (Stock)

€ Milhões

Subsector	2011											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	
Administração Central	706	868	954	940	874	904	941	763	774	834	850	
Administração Regional	1.466	1.473	1.479	1.546	1.560	1.898	1.906	1.963	1.981	2.005	-	
Administração Local	-	-	-	-	4.359	4.281	4.238	4.112	4.005	3.818	-	

Nota: Os valores referentes à Administração Local correspondem ao universo em Contas Nacionais (Municípios, Freguesias, Empresas Municipais, Associações de Municípios...);

Os dados referentes à Região Autónoma dos Açores incluem o Sector Empresarial Regional a partir do mês de Maio;

Os dados referentes à Região Autónoma da Madeira foram revistos por incorporação de informação actualizada e incluem o Sector Empresarial Regional a partir do mês de Agosto;

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

Pagamentos em atraso 2011 (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

€ Milhões

Subsector	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Administrações Públicas					
Admin. Central excl. Subsector da Saúde	312	309	274	314	351
Subsector da Saúde	346	407	362	385	421
Entidades públicas reclassificadas	58	86	94	99	84
Administração Regional	923	969	972	998	1.073
Administração Local	1.725	1.720	1.726	1.720	1.680
Total	3.364	3.491	3.427	3.516	3.609
Total consolidado	3.190	3.294	3.269	3.332	3.421
Outras Entidades					
Empresas públicas não reclassificadas	13	11	11	8	10
Hospitais EPE	1.718	1.941	1.988	2.047	2.110
Administrações Públicas e outras entidades - Total	4.920	5.246	5.268	5.387	5.541

Nota: Conceito de acordo com a definição do Decreto-Lei nº 65-A de 17 de Maio de 2011; As revisões de valores decorrem da actualização dos dados.

No caso da Adm. Local, procedeu-se à actualização dos dados considerando o universo de reporte à data de 14 de Dezembro do corrente ano, bem como correcções efectuadas por algumas autarquias.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (Janeiro a Novembro)

€ Milhões

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	
Receita corrente	7.761,6	7.852,1	91,6	91,0	8,6	1,2	1,2
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	3.678,1	3.463,0	85,8	82,8	16,2	-5,8	-2,8
Quotas e contribuições para a CGA	3.004,4	2.944,1	85,4	85,8	19,6	-2,0	-0,8
Compensação por pagamento de pensões	673,7	518,8	61,4	68,9	3,1	-23,0	-8,9
Subsectores das Administrações Públicas	471,7	474,7	37,7	90,9	4,4	0,6	0,0
Outras entidades	202,0	44,2	86,9	19,1	0,3	-78,1	-2,0
Transferências Correntes	3.992,1	4.263,9	99,1	99,2	3,9	6,8	3,5
Orçamento do Estado	3.986,5	4.247,2	99,2	99,2	3,9	6,5	3,4
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.750,0	4.013,6	100,0	99,6	19,1	7,0	3,4
Compensação por pagamento de pensões	236,5	233,6	92,1	93,3	6,8	-1,3	0,0
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	157,5	155,4	92,8	93,0	1,1	-1,4	0,0
Subvenções vitalícias	8,3	7,1	92,2	92,1	5,7	-14,8	0,0
Pensões de preço de sangue	30,4	29,8	92,9	94,2	-1,5	-1,8	0,0
Outras	40,4	41,3	88,7	94,1	50,1	2,3	0,0
Adicional ao IVA	0,0	0,0	-	-	-100,0	-	-
Outras transferências correntes	5,6	16,7	61,9	99,6	-16,3	199,6	0,1
Outras receitas correntes	91,4	125,3	58,1	85,8	-33,6	37,0	0,4
Receita de capital	0,0	594,2	0,0	97,2	-100,0	-	-
Transferências de Capital	0,0	594,2	0,0	97,2	-100,0	-	-
Outras entidades	0,0	594,2	0,0	97,2	-100,0	-	-
Receita Efectiva	7.761,6	8.446,3	74,8	91,4	8,2	8,8	8,8
Despesa Corrente	7.868,9	8.128,0	93,2	93,2	4,2	3,3	3,3
Despesas com o pessoal	6,8	7,1	92,6	92,2	1,9	4,2	0,0
Aquisição de bens e serviços	21,8	20,5	80,8	66,6	-14,2	-6,0	0,0
Juros e outros encargos	3,8	8,3	93,9	41,1	224,8	116,6	0,1
Transferências	7.835,5	8.090,5	93,2	93,4	4,3	3,3	3,2
Pensões e abonos da responsabilidade de:							
Caixa Geral de Aposentações	6.931,9	7.292,6	93,3	94,2	4,5	5,2	4,6
Orçamento do Estado	229,4	224,7	93,0	91,1	0,9	-2,0	-0,1
Outras entidades	674,0	573,1	92,9	85,8	3,2	-15,0	-1,3
Outras transferências correntes	0,1	0,2	21,3	14,1	-78,3	25,6	-
Outras despesas correntes	0,8	1,5	54,0	65,6	-38,2	76,6	0,0
Despesa de Capital	0,0	144,2	-	100,0	-	-	-
Despesa efectiva	7.868,9	8.272,1	93,2	93,3	4,2	5,1	5,1
Saldo global	-107,2	174,2					
<i>Por memória:</i>							
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-121,5	375,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	14,2	-200,8					

Fonte: Ministério das Finanças

Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas			
2010													
Novembro	363.138	75.335	136.876	782	575.349	3,2	-0,1	1,2	-2,6	2,3	2.101,9	2,7	
Dezembro	364.900	75.294	137.133	795	577.327	3,3	-0,2	1,3	-3,9	2,4	1.072,5	0,8	
2011													
Janeiro	366.454	75.294	137.201	943	578.949	3,4	-0,2	1,2	21,8	2,4	1.054,8	-1,4	
Fevereiro	367.405	75.245	137.175	997	579.825,0	3,5	-0,2	1,2	-7,6	2,5	1.064,1	0,0	
Março	368.060	75.259	137.262	1.028	580.581	3,4	-0,2	1,3	10,5	2,4	1.065,4	1,0	
Abril	369.377	75.202	137.387	1.046	581.966	3,5	-0,2	1,3	3,1	2,5	1.076,8	0,9	
Maió	370.735	75.122	137.484	928	583.341	3,7	-0,4	1,3	-4,5	2,6	1.071,9	1,2	
Junho	371.900	75.054	137.599	832	584.553	3,8	-0,5	1,1	-6,5	2,6	1.068,9	0,9	
Julho	372.999	75.071	137.790	780	585.860	3,7	-0,5	1,0	-7,8	2,5	2.083,4	1,0	
Agosto	373.734	75.049	138.030	794	586.813	3,7	-0,5	1,2	1,9	2,5	1.071,3	0,9	
Setembro	374.535	75.050	137.955	795	587.540	3,7	-0,4	1,0	-14,6	2,5	1.078,1	1,8	
Outubro	375.203	75.065	137.932	812	588.200	3,7	-0,4	0,9	-8,8	2,5	1.083,7	0,9	
Novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1	

Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)	Subscritores		
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total				Número	VH (%)	
2010												
Novembro	1.176	60	234	111	498	2.079	65,7	1.196	8,4	589.362	-2,5	
Dezembro	1.492	80	311	204	429	2.516	10,7	1.230	-2,9	586.391	-2,9	
2011												
Janeiro	1.397	80	355	350	315	2.497	39,5	1.359	1,1	583.762	-3,6	
Fevereiro	1.167	38	205	186	303	1.899	26,5	1.531	28,0	581.398	-4,0	
Março	929	53	203	256	256	1.697	-17,3	1.338	19,5	579.220	-4,3	
Abril	1.183	80	317	184	542	2.306	26,9	1.146	0,3	577.475	-4,1	
Maió	960	77	288	204	677	2.206	26,3	1.116	-3,4	575.707	-4,0	
Junho	861	64	252	173	579	1.929	5,0	1.138	-4,9	573.111	-4,4	
Julho	933	80	257	212	414	1.896	-3,0	1.188	0,3	571.391	-4,4	
Agosto	858	49	198	97	305	1.507	-14,3	1.307	-2,9	569.389	-4,5	
Setembro	902	59	238	139	259	1.597	7,0	1.399	10,4	565.374	-4,7	
Outubro	741	51	182	228	293	1.495	-5,4	1.342	-2,5	563.589	-4,7	
Novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1	n.d.		

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Glossário

A

Activos financeiros (receita) – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

Activos financeiros (despesa) – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

Administrações Públicas – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

Bens e serviços correntes – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

Retenção (ou congelamento) - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descatificação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

Contabilidade Pública (óptica da) - Óptica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

Contribuição VH pp. - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

D

Despesa corrente primária - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa efectiva

Estado - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “activos financeiros” e “passivos financeiros”;

Restantes subsectores - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “activos financeiros” e “passivos financeiros”.

Despesa primária - Despesa efectiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa com pessoal – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

Dotação corrigida – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

Estado – (em sentido estrito) Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

Execução orçamental – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

Glossário

F

Financiamento Nacional – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida (exclui as receitas provenientes de fundos comunitários).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

Fundo Social Europeu (FSE) – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

G

Grau de execução – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida.

I

Impostos directos – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

Impostos indirectos – Receitas que recaem sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

O

Outra despesa corrente – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

Padrão de segurança da despesa - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

Passivos financeiros (receita) - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

Passivos financeiros (despesa) - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avales ou garantias (*vide* Classificador Económico).

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

Programa orçamental – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objectivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (*vide* artigo 19º da LEO).

Q

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

Receita consignada – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afectada a despesas pré-determinadas.

Receita efectiva

Estado - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “activos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

Restantes subsectores - Toda a Receita, com exclusão dos “activos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldo da gerência anterior”.

Receita própria – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua actividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detém poder discricionário no âmbito dos respectivos diplomas orgânicos.

Receitas correntes - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

Receitas fiscais – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o sector público extrai do sector privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da actividade pública.

Remunerações certas e permanentes – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

Rubrica de classificação económica – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

Saldo Corrente - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global - Diferença entre a receita efectiva e a despesa efectiva.

Saldo Primário - Diferença entre a receita efectiva e a despesa primária

Saldo orçamental – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excepcional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas financiadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua actividade, de níveis de preços inferiores aos respectivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas activas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

Transferências correntes – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

Transferências de capital – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).

VH - Taxa de variação homóloga - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.